

Emprego juvenil e mudança social: velhas teses, novos modos de vida

1. INTRODUÇÃO

Com a crise económica dos anos 70 e o seu alargamento a múltiplos domínios da vida social, a investigação sobre os jovens — largamente solicitada para o desenvolvimento de políticas orientadas para a inserção dos jovens no mercado de trabalho — encontra-se hoje confrontada com vários aspectos essenciais:

1. Assim, a crise económica que as sociedades da Europa ocidental — incluindo Portugal — conheceram é de ordem *estrutural*, ou, especificando melhor, as formas de organização da produção e do mercado de trabalho inscrevem-se num processo de transformações de longo prazo e que envolvem: o modo de desenvolvimento regional; a evolução da estrutura da população (com o aumento da população activa, em parte determinado pelo acréscimo da população activa feminina) e o crescente fenómeno da terciarização; a articulação formação/qualificação/emprego; os contratos e horários de trabalho; a mobilidade profissional e geográfica; as formas quantitativas e qualitativas de desemprego e as suas relações com a actividade e inactividade (o surgimento de um desemprego de *relegação* a par de um desemprego de *inserção*), etc.;

2. Paralelamente a essas transformações de ordem económica, e embora segundo ritmos e temporalidades por vezes diferentes, ou mesmo dessincronizados, as estruturas sociais encontram-se sujeitas a um processo de transformações concernentes às formas *individuais, familiares e sociais*¹ da vida quotidiana e dos cursos de vida, bem como aos sistemas de valores que lhes estão associados;

¹ Como Bertaux, penso que o «*status social*» é um atributo de «grupos familiares», e não de indivíduos tomados «isoladamente». As trajectórias individuais adquirem maior valor sociológico quando apreendidas no quadro de trajectórias familiares, sociais. Ver Daniel Bertaux e Isabelle Bertaux-Wiame, «Le patrimoine et sa lignée: transmissions et mobilité sociale sur cinq générations», in *Life Stories/Récits de vie*, n.º 4, 1988, pp. 8-25.

3. Os jovens encontram-se — como alvos e protagonistas ou actores — no centro destas duas ordens de transformações, na medida em que estas afectam, de modo muito significativo, as *formas individuais e sociais de transição para a vida adulta* em aspectos como: inserção económica, independência económica, constituição de lar próprio, comportamentos em relação ao consumo, ao dinheiro e ao lazer, comportamentos familiares, estratégias matrimoniais e respectivos sistemas de valores. Entre as várias gerações, a juventude parece ser, com efeito, a mais vulnerável ao impacte da mudança social².

Uma questão problemática a investigar³ — em função dos aspectos acabados de referir — é a de saber quais são as articulações (e como as analisar) entre aquelas diversas ordens de transformações e a forma como elas convergem na estruturação — de maneira específica em relação a diferentes categorias de jovens — desta fase crucial do curso de vida que é a *passagem para a vida adulta*, onde se joga toda uma parte dos *modos e vias da reprodução* económica, social e cultural de uma sociedade⁴.

Abordarei neste artigo a problemática de investigação atrás enunciada no que se refere apenas aos itinerários de passagem para a vida activa, isto é, aqueles itinerários que aparecem mais estreitamente relacionados com a vertente de inserção profissional, envolvendo dimensões como o desemprego, a precariedade laboral e a ligação da escola ao trabalho. No entanto, esse tratamento parcializado da problemática da passagem ou transição para a vida adulta obriga a que se refira, desde já, que a noção de «passagem» ou de «transição» *integra*, mas ao mesmo tempo *ultrapassa*, a de *inserção profissional*, na medida em que nessa passagem ou transição se joga, ao mesmo tempo que a entrada no mercado de trabalho, o acesso a outras características socialmente atribuídas ao estatuto de adulto.

Numa parte inicial do artigo procuro mostrar como o acesso dos jovens ao trabalho e ao emprego parece depender de algumas recentes modifica-

² Michel Claes, *L'Expérience Adolescente*, Bruxelas, Pierre Mardaga Editeur, 1986, p. 11.

³ Questão problemática que foi discutida num seminário que teve lugar em Marselha (Setembro de 1987), onde tive a oportunidade de participar — seminário que contou com o apoio da Comissão das Comunidades Europeias (Direction Générale de l'Emploi, des Affaires Sociales et de l'Éducation, Bruxelas), do Programme Mobilisateur «Technologie-Emploi-Travail» (Ministère de la Recherche et de l'Enseignement Supérieur, Paris) e do CERCOM-GERM (UACNRS, n.º 377, Marselha/Nice).

⁴ Foi esta uma das problemáticas centrais que, em traços gerais, impulsionaram um projecto de investigação que desenvolvi, no Instituto de Ciências Sociais, sobre «Formas sociais de transição para a vida adulta». O projecto em questão contou com o importante apoio da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, através do Programa Mobilizador de Ciência e Tecnologia. Em termos científicos, contei com a valiosíssima orientação do Prof. A. Sedas Nunes. No trabalho de campo (que decorreu entre Novembro de 1986 e Novembro de 1990) e no tratamento dos dados colaboraram Maria João Quedas, Isabel Ambrósio, Sofia Curado, Nair Domingos, Filomena Carvalho, Carla Baptista, Isabel Carvalho, João Sedas Nunes e Luís Almeida.

ções na estrutura ocupacional e no perfil sectorial do emprego, por sua vez decorrentes de algumas transformações económicas, nomeadamente da modernização das estruturas produtivas. A *compressão do emprego juvenil*, a *inflexibilização laboral*, a *periferização dos jovens em torno de um mercado de trabalho «secundário»* e a crescente *segmentação do mercado de trabalho* têm originado, em consequência, uma proliferação de discursos (ideológicos e científicos) centrados nas dificuldades de inserção profissional dos jovens.

No entanto, e contrariando algumas perspectivas homogeneizantes e generalizantes da crise de desemprego juvenil (as velhas teses...), procurarei mostrar como as «dificuldades de inserção profissional», longe de eliminarem, entre os jovens, as clivagens sociais (de classe, de sexo, de instrução, etc.), parecem, nalguns casos, até acentuá-las.

Para evidenciar como, entre os jovens, são *socialmente distintas* as lógicas de emprego e desemprego que vêm afectando as modalidades de reprodução social e geracional servi-me de dados do Inquérito à Juventude realizado no Instituto de Ciências Sociais em 1986-87 e estudei, por processos próprios da *sociologia etnográfica* (entrevistas aprofundadas, relatos de vida, observação participante), três meios sociais distintos da região da Grande Lisboa⁵ que baptizei com os nomes de Coutada (meio típico de classes médias e elevadas), Dorninha (meio típico de classes médias) e Rio Cinza (meio típico de classes operárias e populares).

Os dados da pesquisa reunidos sugerem que, para o universo de jovens estudados, as diferentes transformações no mercado de trabalho e no sistema de emprego têm induzido importantes modificações nas modalidades de entrada na vida profissional e activa. Contudo, as formas de transição para a vida adulta aparecem também associadas à emergência de *novos modos de vida*, cujo conteúdo, natureza e diversidade parecem tornar obsoletas as *velhas teses* que procuravam interpretar as dificuldades de inserção profissional dos jovens e as suas atitudes perante o trabalho de uma forma economicista e assaz globalizante ou homogeneizante.

2. TRANSFORMAÇÕES ECONÓMICAS E INSERÇÃO PROFISSIONAL

Não é do âmbito deste estudo a explicitação das causas da crise económica que nos anos 70 se estendeu por toda a Europa nem das transformações socioeconómicas que, de certo modo, têm sido paralelas a essa crise⁶.

⁵ Para um conhecimento dos lares e sociabilidades juvenis nestes três diferentes meios sociais consulte-se: José Machado Pais, «Lares e sociabilidades juvenis — um ensaio de análise etnográfica», in *Análise Social*, vol. xxv, n.º 108-109, 1990, pp. 591-644.

⁶ No caso português pode seguir-se a definição de crise proposta por Maria João Rodrigues: «Há crise porque a dinâmica própria do sistema económico e a forma adquirida pelas lutas sociais e políticas entraram em contradição com o conjunto das antigas formas institucionais

Como quer que seja, as oportunidades de emprego parecem cada vez mais condicionadas pelo ritmo dessas transformações⁷. Por exemplo, as transformações tecnológicas que se prevêem em diversos sectores de actividade poderão provocar alterações significativas ao nível do mercado de trabalho, conduzindo ao chamado «desemprego tecnológico», com a subutilização de mão-de-obra de pouca ou nenhuma qualificação⁸. Os contínuos fluxos intersectoriais da mão-de-obra reflectirão, por outro lado, a celeridade dessas transformações. A falta de adequação do sistema produtivo a essas transformações evidencia, por sua vez, a incapacidade estrutural de expansão do emprego.

As transformações socioeconómicas ocorridas têm sido acompanhadas — particularmente em Portugal — de importantes modificações na estrutura ocupacional e no perfil sectorial do emprego⁹:

1.º No que se refere ao *sector primário*, e ainda que nele se tenha verificado uma relativa crescente capitalização, as suas produtividades (de mão-

que estavam na base do regime de acumulação, antes de 1974. Mas há também crise porque as novas formas institucionais do pós-74 não criaram condições para o emergir de um novo regime de acumulação» (*Sistema de Emprego em Portugal. Crise e Mutações*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1986, pp. 276-277). Registe-se, entretanto, a relativa incapacidade de interpretação da crise a partir dos paradigmas teóricos da economia clássica, incapacidade reconhecida por eminentes economistas, como é o caso de L. C. Thurow, *The Zero-sum Society*, Basic Books, 1980, e *Dangerous Currents: The State of Economics*, Oxford University Press, 1983, e Byran Roberts e outros (eds.), *New Approaches to Economic Life*, Manchester University Press, 1985.

⁷ Para esta conclusão parecem convergir, embora por percursos diferentes, as teorias marxistas da «sociedade capitalista» e as teorias da estratificação da «sociedade industrial». Para o primeiro caso ver R. Crompton e J. Gubbay, *Economy and Class Structure*, Londres, MacMillan, 1977, T. Johnson, «What Is To Be Known?», in *Economy and Society*, vol. 6, n.º 2, 1977, J. Scott, *Corporations, Classes and Capitalism*, Londres, Hutchinson, 1979, e N. Abercrombie e J. Urry, *Capital, Labour and the Middle Classes*, Londres, Allen and Unwin, 1982. Na linha das teorias da estratificação da «sociedade industrial» ver J. Gershuny, *After Industrial Society*, Londres, MacMillan, 1978, F. Parkin, *Marxism and Class Theory*, Londres, Tavistock, 1979, T. Stonier, «Technological Change and the Future», in G. Cherry e T. Travis (eds.), *Leisure in the 1980s: Alternative Futures*, Londres, Leisure Studies Association, 1980, e J. Gershuny e I. Miles, *The New Service Economy*, Londres, Frances Pinter, 1983.

⁸ Roberto Carneiro, *Portugal. Os Próximos 20 Anos. Educação e Emprego em Portugal. Uma Leitura da Modernização*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988, vol. v, p. 25.

⁹ Mas não só em Portugal, como o prova a abundante literatura estrangeira sobre o assunto. Ver C. J. Richardson, *Contemporary Social Mobility*, Londres, Frances Pinter, 1977, A. Giddens, *The Class Structures of the Advanced Societies*, Londres, Hutchinson, 1977, F. Froebel e outros, *The New International Division of Labour*, Cambridge, Cambridge University Press, 1980, C. Sorrentino, «Unemployment in International Perspective», in B. Showler e A. Sinfield (eds.), *The Workless State*, Oxford, Martin Robertson, 1981, A. Giddens e G. MacKenzie (eds.), *Social Class and the Division of Labour*, Cambridge, Cambridge University Press, 1982, J. Gershuny, *Social Innovation and the Division of Labour*, Londres, Oxford University Press, 1983, P. Clémenceau e J.-P. Gehin, «Le renouvellement de la main-d'œuvre dans les secteurs, quelles conséquences pour l'accès des jeunes à l'emploi», in *Formation et Emploi*, n.º 2, Documentation Française, Abril-Junho de 1983, e G. Payne, *Employment and Opportunity*, Londres, MacMillan, 1987.

-de-obra, capital constante e terra) continuam baixas, em grande parte devido aos ainda importantes excedentes de mão-de-obra. Com a modernização trata-se de um sector potencialmente gerador de desemprego. Não apenas pela eliminação de importantes excedentes de mão-de-obra agrícola que passarão a engrossar os contingentes de desempregados rurais, sujeitos, cada vez mais, às cadências do desemprego sazonal, mas também pela eliminação do subemprego no seio das explorações familiares, em parte devido ao avolumamento dos fluxos migratórios dos meios rurais para os urbanos, ou, melhor ainda, devido à inserção dos jovens rurais em actividades não agrárias de mercados de trabalho local.

É possível que a recente, embora insípida, diversificação de modelos de desenvolvimento rural, o incremento da pluriactividade na forma de rendibilização de determinadas explorações agrícolas e os incentivos dados pelo Estado para a criação de novas empresas agrícolas acabem por funcionar como estratégias de fixação de alguns jovens à agricultura. Por outro lado, é possível que reivindicações no domínio das condições de trabalho e da qualidade de vida¹⁰ acabem também por se generalizar nos meios rurais. Se assim acontecer, «ficar no campo» não significará aceitar e sofrer um modo de vida desvalorizado e estigmatizado, mas o desejo de se dispor de condições de vida materiais aceitáveis. O desemprego, as transformações qualitativas dos modos de vida rural e a «afeição à terra» poder-se-iam combinar na explicação de estratégias de inserção profissional dirigidas para o «mundo rural»¹¹. No entanto, esta suposição não passa disso, devendo-se questionar se os meios «rurais» — cada vez *menos rurais*¹² — não acabarão por se converter na parada do «exército de reserva» (já não apenas industrial, mas cada vez mais dos serviços) de apreciáveis contingentes de jovens¹³.

2.º No que se refere ao *sector secundário*, tem-se registado uma expansão crescente das novas tecnologias, designadamente das derivadas da microelectrónica. As ocupações de carácter tradicional estão sendo gradualmente substituídas por ocupações ligadas à automatização das cadeias de montagem e ao controlo de manutenção dos equipamentos electrónicos. No entanto, o sector industrial vem experimentando uma forte crise¹⁴, deter-

¹⁰ Joel de Rosnay, *Les Chemins de la Vie*, Paris, Éd. du Seuil, 1983, p. 10.

¹¹ Maryvonne Bodiguel, *Les Paysans face au Progrès*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1975.

¹² Uma boa crítica ao conceito de «rural» pode ver-se em Maryvonne Bodiguel, *Le Rural en Question*, Paris, L'Harmattan, 1986.

¹³ Com efeito, parecem bastante inviáveis medidas que tendam a restaurar políticas orientadas para uma «colonização da terra», à imagem do que aconteceu nos anos 30 com a Campanha do Trigo e a Colonização Interna. A modernização da agricultura não se compadece com medidas que travem a capitalização dos campos nem com cultivos «sociais» ruinosos. A racionalização e adequação das estruturas agrárias às condições de mercado, assim como a introdução de inovações libertadoras de custos e mão-de-obra, constituem desafios ao desenvolvimento económico do sector agrário, por mais que esse desenvolvimento ponha de manifesto a existência de apreciáveis excedentes de mão-de-obra.

¹⁴ D. Bell, *The Coming of Post-Industrial Society*, Londres, Heinemann, 1974, e J. I. Gershuny, *After Industrial Society* [...]

minada não apenas pelo decréscimo da procura¹⁵, como também pela reestruturação de empresas em subsectores de crise (como os da construção civil, construção naval e transportes marítimos), pela falta de competitividade e pelo baixo investimento. Por outro lado, ressalta, neste sector, a pouca eficiência da estrutura produtiva, a par da escassa experiência e tradição empresarial, para já não falar das fortes assimetrias regionais.

3.º Finalmente, no que respeita ao *sector terciário*, verificam-se também complexas transformações na estrutura ocupacional de emprego que acompanham a relativa falência do modelo de geração de emprego por parte do sector industrial devido, provavelmente, entre outras razões, a uma mudança qualitativa na procura, relativamente bem abastecida de bens e manufacturas e cada vez mais exigente em serviços. Assistimos a uma transformação de perfil sectorial da actividade económica semelhante à que se seguiu à revolução industrial: decréscimo do emprego agrícola a favor do industrial. Às portas de uma economia terciarizada, o processo parece repetir-se a favor dos serviços.

Este sector, onde se tem registado uma notável capacidade de expansão de emprego e que, em algumas actividades, conta com um apreciável nível de especialização produtiva, como é o caso do turismo, evidencia, mesmo assim, alguns bloqueamentos e as suas futuras possibilidades de criação de emprego poderão diminuir por efeito do impacte das novas tecnologias, das oscilantes políticas restritivas de crédito e de outras variáveis de natureza macroeconómica. A questão que se coloca é a seguinte: será que o sector terciário poderá jogar de maneira segura um papel amortecedor no que respeita à absorção do desemprego industrial e agrícola?

O desenvolvimento das novas tecnologias, em ambos os «sectores», e a sua aplicação em cada vez mais variados domínios têm transformado as actividades tradicionais¹⁶. Uma foram automatizadas, outras reestruturadas e outras, ainda, simplesmente desapareceram. Esta evolução não se terá limitado apenas aos aspectos *técnicos do trabalho*, tendo-se repercutido em todos

¹⁵ A. Sawdon e D. Taylor, *Youth Unemployment: a Background Paper*, Londres, Youthaid, 1980, T. Rees e D. Gregory, «Youth Employment and Unemployment: A Decade of Decline», in *Educational Analysis*, vol. III, 1981, pp. 7-24, e D. Massey e R. Meegan, *The Anatomy of Job Loss*, Londres, Methuen, 1982.

¹⁶ A própria divisão tripartida da economia em três sectores (agrário, industrial, terciário) tem sido posta em causa. Novas formas de interconexão entre os vários estádios da produção e do consumo têm tornado essa divisão um cliché desajustado das realidades, como o prova o surgimento no discurso económico de um «quarto» e um «quinto» sectores, do «sector da informação», do «sector da economia oculta», etc. Ver J. I. Gershuny e I. D. Miles, «Towards a new social Economics», in B. Roberts e outros (eds.), *New Approaches to Economic Life [...]*, pp. 24-47.

os domínios que lhe estão directa ou indirectamente associados: nas *condições de produção*, no *mercado de trabalho*, nos *modos de vida*¹⁷.

Desta forma, o acesso dos jovens ao trabalho e ao emprego parece depender cada vez mais da própria evolução do sistema produtivo, evolução essa, por sua vez, marcada quer pela incidência da crise económica, manifestamente visível, como se disse, a partir da década de 70, quer pela modernização das estruturas económicas (redução do emprego agrícola e do desemprego disfarçado na agricultura, crescentes índices de terciarização e urbanização, renovação dos processos de trabalho, mudanças na organização e gestão empresariais, incorporação de novas tecnologias, etc.).

A convergência de todos estes factores terá originado — mas em que medida e proporções? — uma situação particularmente difícil para os jovens que começaram a sentir a ameaça do desemprego e a falta de perspectivas profissionais, justamente numa época em que — no caso português — poderiam esperar muito mais do recém-instaurado regime democrático¹⁸. Enumerem-se apenas alguns factores que terão contribuído para este processo:

1.º *Compressão do emprego juvenil* — Embora subsistam dúvidas relativamente aos efeitos do desenvolvimento das novas tecnologias aplicadas à produção, nomeadamente a médio e a longo prazo¹⁹, esses efeitos terão, pelo menos, já contribuído para uma significativa mobilidade de mão-de-obra (preferencialmente direccionada para o sector dos serviços) e, como tem sido reconhecido, para uma «compressão do emprego» e, em consequência, para o aumento do desemprego²⁰, nomeadamente entre os jovens. Por outro lado, entre 1970 e 1980, a população activa portuguesa aumentou cerca de 20%, provavelmente em consequência da forte redução da emigração²¹, do movi-

¹⁷ Jean-François Germe, «Les nouvelles formes d'emploi: le travail intérimaire», in *Critique de l'Économie Politique*, n.º 5, Outubro-Dezembro de 1978; T. Forester (ed.), *The Microelectronics Revolution*, Oxford, Basil Blackwell, 1980; B. Wilkinson, *The Shopfloor Politics of New Technology*, Londres, Heinemann Educational Books, 1983; Claude Pineau, «Les attitudes face au travail: une analyse en termes d'âge et de génération», in Denis Kessler e André Marson (eds.), *Cycles de Vie et Générations*, Paris, Ed. Economica, 1985, e A. Waton e S. Wood (eds.), *The Changing Experience of Employment: Restructuring and Recession*, Londres, MacMillan, 1986.

¹⁸ De entre os jovens dos países da CEE, os portugueses, espanhóis e irlandeses são os que mostram maior insatisfação com as perspectivas de futuro profissional. Ver *Young Europeans in 1987*, Bruxelas, Office for Official Publications of the European Communities, 1989, p. 21.

¹⁹ J. Rada, *La Micro-électronique et son Impact Socio-économique: Éléments de Diagnostic*, Genebra, BIT, 1982.

²⁰ J. D. Whitley e R. A. Wilson, *Quantifying the Employment Effects of Micro-Electronics*, Warwick, University of Warwick, 1981, e M. Alaluf, «Informatique et Emploi», in *Informatique et Société*, Ed. de l'Université Libre de Bruxelles, 1985, pp. 57-68. No caso português cabe entretanto referir que o volume de emprego terá evoluído a uma taxa de crescimento anual médio superior à média dos países europeus da OCDE, em parte devido à «modernização» sem «grande desenvolvimento».

²¹ Rogério Roque Amaro, «Emigração e regresso de emigrantes (uma análise em termos de mercado de trabalho)», in *Economia e Socialismo*, n.º 63, Outubro-Dezembro de 1984, pp. 79-84.

mento de retorno de repatriados das ex-colónias²², do fim da guerra colonial e da crescente participação feminina em actividades produtivas remuneradas.

Se a emigração e a guerra colonial foram importantes factores de manutenção do aparente equilíbrio do mercado de trabalho até meados da década de 70, a posterior expansão do desemprego a partir de fluxos provenientes da inactividade», nomeadamente entre os jovens, parece instalar-se como «tendência duradoura»²³, sem que, no entanto, seja fácil avaliar a verdadeira dimensão do fenómeno. Na verdade — e para já não falar das imprecisões relativamente àquilo que o conceito de desemprego pode recobrir²⁴, ou das omissões e sistemáticas distorções que as estatísticas oficiais de desemprego revelam²⁵ —, o desemprego juvenil é um dos mais rebeldes ao recenseamento estatístico. A multiplicidade de relações de pertença e a circulação incessante por diversas situações — quer perante o emprego, quer perante o trabalho (desemprego, inactividade, emprego, formação, aprendizagem, trabalho clandestino, intermitente, parcial, etc.) — constituem um dos traços específicos da juventude de hoje²⁶. O que se pode dizer é que, futuramente, haverá menos desemprego, não porque não venha a haver mais desempregados, mas porque eles não serão registados como tal²⁷.

A situação perante o trabalho tem sido tradicionalmente repartida em função de três categorias de raiz keynesiana: a população empregada, a desempregada e a não activa. De acordo com esta classificação, o *desemprego* refere-se à ausência total de trabalho no sentido económico e a *inactividade* à ausência de qualquer das situações de emprego ou desemprego. No entanto, «as estatísticas de desemprego registado surgem afectadas pelos programas de combate ao desemprego»²⁸. É deste modo difícil ter uma ideia precisa de até onde pode chegar o desemprego juvenil, tanto mais que alguns estu-

²² Rui Pedro Pires e outros, *Os Retornados — Um Estudo Sociográfico*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1987.

²³ Maria João Rodrigues, «Sistemas de emprego e opções estratégicas em Portugal», in *Emprego e Formação*, n.º 4, Janeiro de 1988, pp. 72-73.

²⁴ J. A. Garraty, *Unemployment in History, Economic Thought and Public Policy*, Nova Iorque, Harper, 1978, e Marie Jahoda, *Employment and Unemployment. A Social-Psychological Analysis*, Cambridge, Cambridge University Press, 1982.

²⁵ K. Purcell, «Work, employment and unemployment», in R. Burgess (ed.), *Key Variables in Social Research*, Routledge & Kegan Paul, 1985, pp. 153-177, e Sheila Allen e outros (eds.), *The Experience of Unemployment*, Londres, The MacMillan Press, 1986, pp. 1-16.

²⁶ L. Thévenot, «Une jeunesse difficile; les fonctions sociales du flou et de la rigueur dans les classements», in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.ºs 26-27, Abril de 1979.

²⁷ A. Minc, «La fin du plein emploi: accident ou fatalité?», in *Le Débat*, n.º 2, Junho de 1980, pp. 3-14. Como sugere K. Roberts, o problema das taxas de desemprego e emprego é que elas mais não representam que «fotografias instantâneas» de um processo dinâmico (Ken Roberts, *School Leavers and their Prospects: Youth and the Labour Market in the 1980's...*).

²⁸ O que originou, como refere Brito Ramos, que, em Julho de 1985, o Conselho de Ministros do Emprego e Assuntos Sociais pedisse à Comissão das Comunidades Europeias que determinasse a extensão dessa afectação. Ver António Brito Ramos, «Medidas de política: como medir o emprego e o desemprego?», in *Emprego e Formação*, n.º 4, Janeiro de 1988, pp. 72-73.

dantes que são registados pelas estatísticas oficiais como população não activa são, na realidade, jovens que prolongam a sua presença na escola pela simples razão de não encontrarem trabalho. Por todas estas razões, a estimativa do desemprego juvenil revela-se das mais controversas ao nível europeu, devido às disparidades estatísticas registadas²⁹.

2.º *Inflexibilização laboral* — Ao contrário de outros países europeus onde se registaram políticas de flexibilização laboral que, pelo menos momentaneamente, terão permitido uma relativa descompressão do desemprego juvenil³⁰, a legislação laboral portuguesa saída após 1974, ao garantir o emprego adquirido, tornou cada vez mais o desemprego juvenil um fenómeno de «fila de espera». Por volta de 1980, mais de 60% dos desempregados tinham menos de 24 anos, dois terços dos quais procuravam o primeiro emprego³¹, apesar de algumas variáveis poderem ter jogado no sentido do envelhecimento da população no desemprego — como foi o caso do retorno dos repatriados das colónias, variável esta que poderá ter sido contrabalançada pela tendência para o envelhecimento global da população³². Isto é, se, na verdade, «as medidas de apoio à manutenção dos postos de trabalho contribuíram para conter as tensões que se acumularam sob a forma de subemprego»³³, essa relativa contenção de tensões verificou-se apenas entre a população activa adulta, enquanto os jovens eram, cada vez mais, atingidos pela precarização laboral.

3.º *Periferização dos jovens em torno do «mercado de trabalho secundário»* — A precarização³⁴ laboral dos jovens, atrás referida, tem sido acompanhada pela sua periferização em torno do «mercado de trabalho secundário». Com efeito, recentes conceptualizações do mercado de trabalho juvenil têm destacado a tendência cada vez mais crescente de os jovens acorrerem ao denominado «mercado de trabalho secundário»³⁵. Três razões

²⁹ Em Outubro de 1987, o inquérito aos jovens europeus (*Young Europeans in 1987*) estimava para Portugal uma taxa de desemprego juvenil quase dupla (11%) da taxa registada, no mesmo período, pelas estatísticas nacionais (6,2%). Em nenhum outro país da CEE se registou tamanha disparidade. Ver *Young Europeans in 1987* [...], pp. 164-165.

³⁰ R. Boyer e outros, *La Flexibilité du Travail en Europe*, Paris, La Découverte, 1986.

³¹ Jean Vincens, «Formação e emprego dos jovens em Portugal», in *Revista de Formação Profissional*, Centro Europeu para o Desenvolvimento de Formação Profissional, 1986, 1.º, pp. 88-92.

³² J. Manuel Nazareth, «Conjuntura demográfica da população portuguesa no período de 1970-80: aspectos globais», in *Análise Social*, n.ºs 81-82, 1984.

³³ M. J. Rodrigues, «Sistemas de emprego» [...], in *op. cit.*, p. 18.

³⁴ Sobre o conceito de *precariedade* ver A. Pitrou, *La Vie Précaire. Des Familles face à leurs Difficultés*, Paris, Éditions de la CNAF, 1978, e Patrick Cingolani, *L'Exil du Précaire*, Paris, Méridiens Klincksieck, 1986.

³⁵ P. Osterman, «Getting Started», in *The Youth Labour Market*, Londres, MIT Press, 1980, e S. Henry, «The Working Unemployed: perspectives on the informal economy and unemployment», in *Sociological Review*, vol. 30, 1982, pp. 460-477. A este mercado de «trabalho secundário» afluem os chamados «trabalhadores periféricos». A discussão deste conceito é feita por J. Atkinson, «Manpower Strategies for flexible organisations», in *Personnel Management*, Agosto de 1984, pp. 24-31. Cf. também B. Williamson, «The peripheralisation of youth in the

poderão fundamentar essa tendência: em primeiro lugar, os empregadores poderão ver como mais vantajosa a contratação de adultos (ou jovens adultos) para postos de trabalho que requeiram uma formação especializada de mais elevados custos — fundamentalmente por acharem que os jovens têm uma vida pouco estável, nomeadamente antes de constituírem família; em segundo lugar, as próprias dificuldades de emprego fariam que um cada vez mais significativo número de jovens procurasse trabalho nos sectores «subterrâneos» da economia³⁶; em terceiro lugar (razão que se articula com a primeira), os jovens desejariam, eles próprios, uma «moratória» até definitivamente «assentarem». Esta razão tem sido sustentada pela alegada propensão dos jovens aos desfrutes imediatos da vida (amigos, viagens, sexo, tempos livres, etc.) e pelo ajustamento desta filosofia de vida ao «trabalho intermitente»³⁷.

Se estas são as verdadeiras razões que originam a *periferização* dos jovens em torno do «mercado de trabalho secundário», não o sabemos. De facto, é possível admitir que, pelo contrário, dadas as presentes dificuldades de obtenção de emprego, e mais ainda de o manter, alguns jovens acabem por dar uma maior importância à inserção profissional — até porque, com a aquisição de um emprego, alguns deles conseguirão mais facilmente satisfazer as suas aspirações de consumo. O mais certo, contudo, será admitir a existência de rupturas ao nível da própria representação do emprego e do *trabalho*³⁸: para alguns jovens, o que mais contará será o *trabalho* como

labour market», in J. Ahier e M. Flude (eds.), *Contemporary Education Policy*, Londres, Croom Helm, 1983. Estes trabalhos sustentam que a periferização seria determinada pela fraca especialização/qualificação dos jovens, argumento que tem sido criticado noutros trabalhos. Ver, por exemplo, R. Blackburn e M. Mann, *The Working Class in the Labour Market*, Londres, MacMillan, 1979.

³⁶ J. Ditton e R. Brown, «Why Don't They Revolt?», in *British Journal of Sociology*, 32, 1981, pp. 521-530, e R. E. Pahl, *Divisions of Labour*, Oxford, Basil Blackwell, 1984. Ken Roberts e outros, «Youth Unemployment: An Old Problem or a New Life-style?», in K. Thompson (ed.), *Work, Employment and Unemployment: Perspectives on Work and Society*, Milton Keynes, 1985, pp. 238-246, e Susan McRae, *Young and Jobless. The Social and Personal Consequences of Long-Term Youth Unemployment*, Londres, Policy Studies Institute, 1987. Outros estudos têm contudo sugerido que, mesmo no «sector informal, é já forte a concorrência entre os jovens.

³⁷ OECD, *Employment Outlook*, Paris, OECD, 1983, p. 345. A proliferação, entre os jovens, de um trabalho de tipo «intermitente» poderá justificar a existência (que o Inquérito ao Emprego do INE permite registar) de um «desemprego oculto», dado pela confrontação do *desemprego em sentido lato* (abrangendo «indivíduos de 12 ou mais anos que não trabalharam durante a semana de referência e que se encontram disponíveis para ocupar um emprego») e o *desemprego em sentido restrito* (abrangendo, de entre aqueles indivíduos, os que «preenchem uma condição adicional, a da procura efectiva de um emprego»). Ver M. J. Rodrigues, *O Sistema de Emprego [...]*

³⁸ A. Fox, «The meaning of work», in G. Esland e G. Salaman (eds.), *The Politics of Work and Occupations*, Open University Press, 1980, M. Jahoda, *Work, Employment and Unemployment: A Social Psychological Analysis [...]*, e Richard K. Brown, «Attitudes to work, occupational identity and industrial change», in B. Roberts e outros (eds.), *New Approaches to Economic Life [...]*, pp. 461-475.

mera fonte de obtenção de dinheiro; para outros, contará mais a *carreira profissional* ou o *emprego estável*. Como quer que seja, a «rotação crescente no desemprego» provocada pelos contratos a prazo é um sintoma claro da precarização do emprego juvenil.

4.º *Crescente segmentação do mercado de trabalho* — A par da teoria do «mercado de trabalho dual», a teoria da «segmentação do mercado de trabalho» tem sido também utilizada para estudar a forma como os jovens se integram ou não no mercado de trabalho ou no sistema de emprego. Esta teoria tem sido desenvolvida a partir de diversos estudos recentes que apontam uma crescente segmentação do mercado de trabalho³⁹. Dimensões importantes dessa *segmentação* seriam a *idade*⁴⁰, o *sexo*⁴¹ e o *tipo de trabalho*⁴².

Deste modo, e tomando como exemplo a variável *idade*, a segmentação do mercado de trabalho, opondo jovens a não jovens, denunciaria maiores dificuldades de inserção profissional por parte dos primeiros⁴³, até porque as suas vias de acesso ao desemprego diferem das dos adultos; os que abandonam o ensino nem sempre conseguem imediatamente obter um emprego, o que desde logo explicaria uma maior probabilidade, momentânea que seja, de caírem no desemprego⁴⁴.

Estes são alguns aspectos — outros mais se poderiam acrescentar — que justificam a existência de discursos (ideológicos e científicos) centrados nas dificuldades de inserção profissional dos jovens. No entanto, vale a pena levantar duas questões:

- 1.ª Serão todos os jovens — e, entre si, de forma semelhante ou diferente da dos adultos — afectados pelas dificuldades de inserção profissional?

³⁹ R. C. Edwards e outros (eds.), *Labour Market Segmentation*, Lexington, D. C. Heath, 1975, R. Edwards, *Contested Terrain: The Transformation of the Workplace in the Twentieth Century*, Nova Iorque, Basic Books, 1979, M. Piore e S. Berger, *Dualism and Discontinuity in Industrial Societies*, Nova Iorque, Cambridge University Press, 1980, F. Wilkinson e outros (eds.), *The Dynamics of Labour Market Segmentation*, Londres, Academic Press, 1981, e D. M. Gordon, R. Edwards e M. Reich, *Segmented Work, Divided Workers*, Londres, Cambridge University Press, 1982.

⁴⁰ D. N. Ashton e M. J. Maguire, «Competition between young people and adults», in *International Review of Applied Psychology*, 32, 1983, pp. 262-269.

⁴¹ J. Martin e C. Roberts, *Women and Employment; A Lifetime Perspective*, Londres, DE/OPCS, 1984, e J. Lewis (ed.), *Women's Welfare, Women's Rights*, Londres, Croom Helm, 1983.

⁴² David N. Ashton e outros, «Labour Market Segmentation and the Structure of the Youth Labour Market», in P. Brown e D. N. Ashton (eds.), *Education, Unemployment and Labour Markets*, The Falmer Press, 1987, pp. 160-178.

⁴³ H. Williamson, «Struggling beyond youth», in *Youth in Society*, Janeiro de 1985.

⁴⁴ Curiosamente, algumas medidas políticas tomadas em alguns países europeus com a finalidade de minimizarem as dificuldades de inserção profissional dos jovens, após a saída da escola, funcionaram, na prática, como políticas de segmentação do mercado de trabalho. É o caso de iniciativas como as que foram tomadas na Grã-Bretanha, com o Technical and Vocational Education Initiative (TVEI) e o Youth Training Scheme (YTS), iniciativas que acabaram por implicar um mercado de trabalho paralelo que reproduziu as desigualdades de acesso ao trabalho presentes no mercado tradicional de trabalho.

2.^a Será que as modalidades de transição dos jovens para a vida activa aparecem exclusivamente, ou principalmente, determinadas pelas modalidades de inserção profissional, pela crise económica e pelas transformações de natureza económica?

Em relação à primeira questão, é sociologicamente legítimo admitir que variáveis sociais diversas — como a origem social dos jovens⁴⁵ — poderão fraccionar a juventude entre, pelo menos, os «profissionalmente inseridos» (e não o seriam de forma idêntica) e os «condenados a tempos livres forçados» (e entre estes haveria que distinguir os sujeitos a um desemprego forçado dos sujeitos a um emprego precário)⁴⁶. Neste caso, haveria bastante mais competição do que segregação entre jovens e adultos⁴⁷, tanto mais que o desemprego que se vive na Europa ocidental não é apenas um desemprego de natureza «estrutural»⁴⁸, isto é, que afecte somente os «activos secundários» (jovens, mulheres, trabalhadores idosos). As novas formas de desemprego que começam a denominar-se de «conjunturais»⁴⁹ afectarão, em geral, toda a população, e não apenas as chamadas categorias «periféricas».

⁴⁵ H. Williamson, «A duty to explain», in *Youth in Society*, Novembro de 1983, e, do mesmo autor, «Tripartism revisited. Young people, education and work in the 1980s», in David Marsland (ed.), *Education and Youth*, The Falmer Press, 1987, pp. 143-166.

⁴⁶ D. Freedman, «Attitudes actuelles à l'égard du travail», in D. Freedman, *Emploi: Faits et Réflexions*, Genebra, BIT, 1980, p. 148.

⁴⁷ L. Clarke, *The Transition from School to Work: A Critical Review of Research in the United Kingdom*, Londres, HMSO, 1980, e D. Raffé, «Can there be an effective youth unemployment policy?», in R. Fiddy (ed.), *In Place of Work*, Londres, Falmer Press, 1983, pp. 11-26. Nesta linha teórica, a própria existência de um mercado de trabalho juvenil é questionável: OECD, *Youth Unemployment: A Report on the High Level Conference*, vol. 1, Paris, OECD, 1978. Aliás, o Inquérito ICS/87 mostra que os jovens são maioritariamente recrutados através de canais informais que pouco têm a ver com divisões de idade.

⁴⁸ Nas análises económicas convencionais, o desemprego «estrutural» é explicado em função dos desajustamentos entre a oferta e a procura de emprego em termos das características dos mercados de trabalho regionais, das qualificações e especializações requeridas, etc. Ver R. Lipsey, *An Introduction to Positive Economics*, Londres, Weidenfeld & Nicolson, 1979. As explicações do desemprego estrutural são pois baseadas não tanto na baixa de oferta de trabalho, mas na falta de qualificações ao nível da procura, designadamente entre os jovens. Ver David Raffé, «Change and Continuity in the Youth Labour Market: a Critical Review of Structural Explanations of Youth Unemployment», in Sheila Allen e outros (eds.), *The Experience of Unemployment*, Londres, The MacMillan Press, 1986, pp. 45-60.

⁴⁹ Embora não seja sempre fácil separar e distinguir o «conjuntural» do «estrutural». Ver Dominique Gambier, *Analyse Conjoncturelle du Chômage*, Paris, PUF, 1978, e M. J. Rodrigues, *O Sistema de Emprego [...]*, p. 136. A propósito das novas formas de desemprego, Dominique Schnapper, *L'Épreuve du Chômage*, Paris, Gallimard, 1981, B. Showler, «Political Economy and Unemployment», in B. Showler e A. Sinfield (eds.), *The Workless State*, Oxford, Martin Robertson, 1981, J. P. Jallade, *Emploi et Chômage en Europe*, Paris, Economica, 1981, Jacques Freyssinet, *Le Chômage*, Paris, La Découverte, 1984, Robert Salais, N. Baverez e B. Reynand, *L'Invention du Chômage — Histoire et Transformation d'une Catégorie en France, des années 1890 aux années 1980*, Paris, PUF, 1986, e Susan McRae, *Young and Jobless. The Social and Personal Consequences of Long-Term Youth Unemployment [...]*

Em relação à segunda questão, há que admitir que a noção de «passagem» ou de «transição» para a vida adulta *íntegra*, mas ao mesmo tempo *ultrapassa*, a de *inserção profissional*, na medida em que nessa passagem ou transição se joga, ao mesmo tempo que a entrada no mercado de trabalho, o acesso a outras características socialmente atribuídas ao estatuto de adulto. Por outras palavras, a consideração da noção de «transição para a vida adulta» faz que a especificidade da questão juvenil deva ser investigada não apenas ao nível dos indicadores tradicionais socioeconómicos do emprego — que colocam em confrontação, por um lado, as características (em termos de idade e níveis de formação) da população saída da escola e a entrada no mercado de trabalho e, por outro lado, as características de emprego que ocupam —, mas, fundamentalmente, a partir das múltiplas características dos modos de entrada na vida adulta.

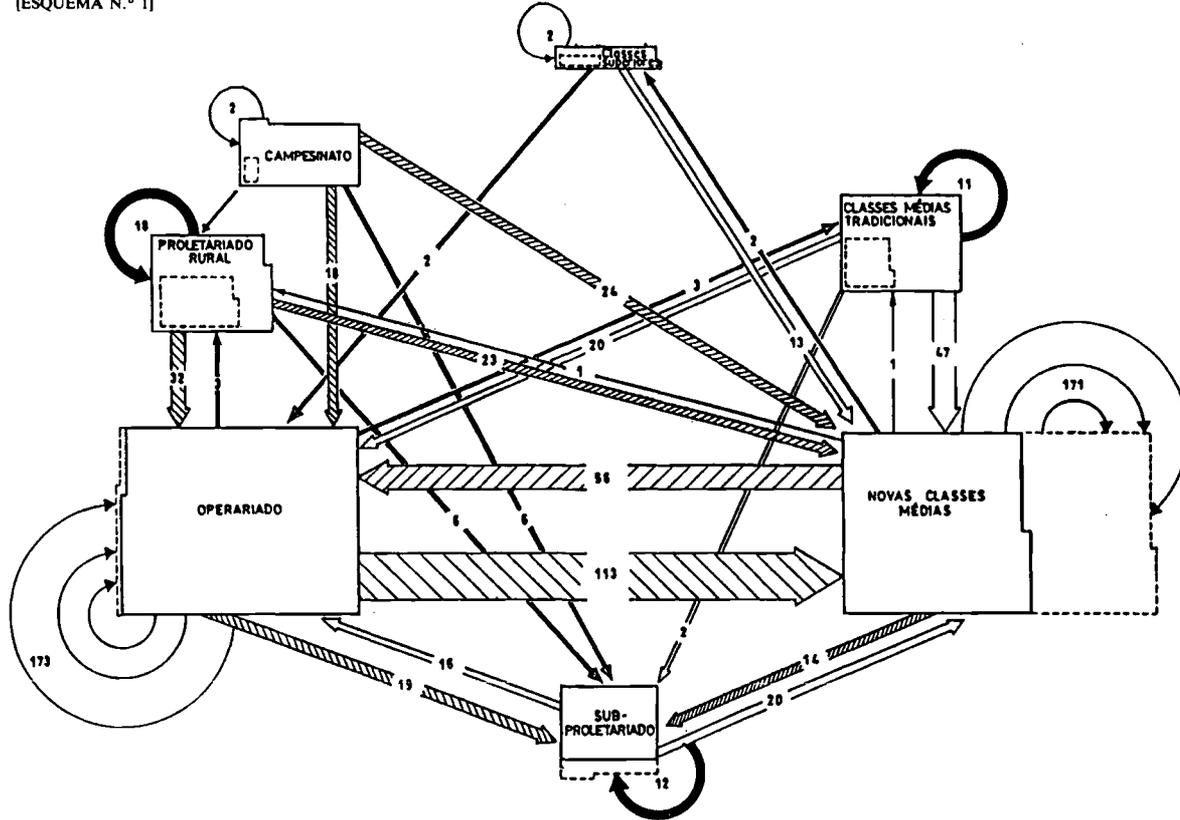
Em suma, contrariamente às perspectivas homogeneizantes da crise de inserção dos jovens, dada por estudos globalizantes sobre o desemprego juvenil e a juventude em geral, não será que a crise de desemprego, longe de eliminar as clivagens sociais (de classe, de sexo, de instrução, etc.) entre os jovens, tenderá, na maior parte dos casos, a aprofundá-las? Tudo leva a crer — mas é uma hipótese que procurarei confirmar — que os itinerários de transição para a vida adulta, mesmo que circunscritos ao domínio da inserção profissional, sejam socialmente distintos. De onde a oportunidade de mais uma questão: quais as lógicas de emprego e de desemprego — e admite-se que sejam *socialmente distintas* —, à luz das transformações que têm afectado as modalidades de reprodução da estrutura de classes da nossa sociedade?

De facto, os dados do Inquérito à Juventude realizado pelo Instituto de Ciências Sociais em 1986-87 indicavam, desde logo, descontinuidades importantes nos processos de reprodução e de mobilidade social. Com efeito, ao comparar-se⁵⁰ a *estrutura de classes dos jovens trabalhadores*, determinada pela sua profissão (logo que têm acesso ao mercado de trabalho), com a *estrutura de classes sociais de origem* desses mesmos jovens (esquema n.º 1), verifica-se que, muito embora as novas classes médias continuem a merecer a reputação de *encruzilhada de destinos sociais*, se trata de uma encruzilhada com *novos destinos*, ou, pelo menos, com destinos de tráfego bastante mais intenso e incerto do que aconteceria há uns anos atrás. De facto, não deixa de ser significativo que, por exemplo, 22,8% dos jovens trabalhadores provindos das novas classes médias se encontrem — por provisoriamente que

⁵⁰ Como tem sido feito na linha de estudos que recorrem à análise matricial aplicada ao estudo da mobilidade social: R. K. Leik e B. F. Meeker, *Mathematical Sociology*, Nova Jérsea, Prentice-Hall, 1975; R. Boudon, *Mathematical Structures of Social Mobility*, São Francisco, Jossey-Bass, 1973; Daniel Berteaux, *Destins Personnels et Structure de Classe. Pour une Critique de l'Anthroponymie Politique*, Paris, PUF, 1977; A. H. Halsey, *Origins and Destinations*, Oxford, Oxford University Press, 1980, e Ian Bradley e Ronald L. Meek, *Matrices and Society — Matrix Algebra and its Applications in Social Sciences*, Harmondsworth, Penguin Books, 1986.

Fluxos de mobilidade e reprodução social (valores absolutos)

[ESQUEMA N.º 1]



seja — no operariado, situação que talvez há duas ou três décadas fosse impensável. Repare-se como o operariado é um pólo de «atração» de jovens trabalhadores provindos de todo o leque de subclasses sociais consideradas, até mesmo das classes superiores.

Os dados acabados de referir, sem colocarem em causa, de uma forma flagrante, as *teorias classistas da reprodução social*⁵¹ — de facto, é evidente a capacidade de auto-recrutamento do operariado e das novas classes médias —, permitem-nos, contudo, desconfiar da linearidade de certos determinismos, quanto mais não fosse até pela natureza das transformações socioeconómicas que parecem afectar a estrutura de classes, na sua composição e evolução, da sociedade contemporânea.

O carácter cada vez mais «urbano» da juventude é disso exemplo, com o esvaziamento das classes associadas ao mundo rural — campesinato, proletariado rural e ainda algumas classes médias tradicionais (esquema n.º 1). Embora, tipicamente, o acesso à actividade agrária seja hereditário, e assim o corroborem as trajectórias que mostram uma tendência à reprodução social, via auto-recrutamento, das classes sociais associadas ao «campo», não sabemos em que moldes se processará a «reprodução social». O que desde logo os dados do Inquérito ICS/87 nos permitem registar é uma significativa *mobilidade ocupacional* intergeracional⁵², a que não será estranho o processo de transformações socioeconómicas que globalmente têm implicado o debilitamento das estruturas agrárias e rurais.

É certo que a «proletarização» de alguns jovens das novas classes médias — predominantemente oriundos da pequena burguesia executiva — poderá ser *transitória*. É certo ainda que, mesmo que a universidade já não seja um meio tão seguro, como antes o era, de legitimação de pertença a um meio social, as classes superiores e médias não deixarão de recorrer a outros meios para proteger os seus filhos⁵³. No entanto, jovens de diferentes condições sociais parecem conjuntamente olhar com receio o fenómeno de desemprego, embora naturalmente recorram a estratégias diferentes para tornearem os problemas que daí lhes possam advir. Uma coisa parece certa: dada a actual conjuntura de desemprego e de precariedade de emprego entre os jovens e

⁵¹ Cf. J. M. Pais, «A construção sociológica da juventude — alguns contributos», in *Análise Social*, vol. xxv, n.º 105-106, 1990, pp. 139-165.

⁵² Nem sempre esta *mobilidade ocupacional* se traduz em *mobilidade social*. No entanto, esta pressupõe, geralmente, aquela. Entendo o estudo da *mobilidade social* no quadro da definição proposta por Claude Thélot, *Tel Père, Tel Fils? Position Sociale et Origine Familiale*, Paris, Dunod, 1985. Para Claude Thélot, estudar a mobilidade social numa sociedade obriga a descrever e analisar as relações intergeracionais numa dada estrutura social. Para um aprofundamento desta questão ver ainda I. Reid, *Social Class Difference in Britain*, Londres, Open Books, 1977, e Geoff Payne, *Mobility and Change in Modern Society*, Londres, The MacMillan Press, Ltd., 1987.

⁵³ De acordo com o Inquérito à Juventude realizado pelo ICS em 1987, 60% dos jovens que trabalham ou já trabalharam recorreram à influência de familiares para obter emprego. Os procedimentos «formais» de obtenção de emprego assumem, entre os jovens, valores reduzidos.

dadas também as transformações socioeconómicas que se têm vindo a registar, a *reprodução social* não parece efectuar-se de uma forma rigidamente linear. Há brechas nesse sistema reprodutivo, importando analisar as suas origens e as implicações que elas poderão provocar no processo de transição dos jovens para a idade adulta.

3. DA ESCOLA AO TRABALHO: AS TESES DO «INTERREGNO»

Para camadas cada vez mais vastas da população juvenil, o processo de transição para a vida adulta, nomeadamente na vertente da inserção profissional, parece passar por um período relativamente longo de indeterminação de estatuto. Saídos do sistema de ensino, precocemente ou não, sem diplomas ou com diplomas desvalorizados, um apreciável número de jovens passa por um período de *interregno* entre a escola e o emprego⁵⁴. Como justificar e interpretar este *interregno*?

No quadro de alguma literatura sociológica e de alguns discursos políticos emerge a tese da «inadequação da escola ao mercado de trabalho»⁵⁵ como justificadora desse interregno entre a escola e o emprego. É uma tese estruturalista que não leva em consideração as diferenciadas atitudes dos jovens perante o trabalho e o emprego, nem as suas estratégias específicas de inserção profissional. Chamo-lhe a *tese estruturalista da inadequação da escola ao mercado de trabalho*. À luz desta tese surgem, por vezes, verdadeiros paradoxos bem retratados na extensa literatura anglo-saxónica sobre o assunto, como acontece no caso dos jovens de condição operária⁵⁶: por um lado, a estes jovens associa-se a ideia de uma grande margem de liberdade para determinarem os seus próprios destinos; por outro lado, contraditoriamente, esses mesmos jovens são olhados, mais que quaisquer outros, como as principais vítimas do desemprego e da crise económica⁵⁷. O problema da contracção da oferta de emprego — e dos seus efeitos sobre o desemprego — é também ocultado pela tese da inadequação da escola ao mercado de trabalho. No

⁵⁴ O conceito de emprego deve distinguir-se do conceito de trabalho. O primeiro pressupõe uma relação contratual sólida entre empregador e empregado, enquanto o segundo implica uma mera actividade produtiva. Cf. Kate Purcell, «Work, employment and unemployment», in Robert G. Burgess (ed.), *Key Variables in Social Investigation [...]*, pp. 153-177.

⁵⁵ D. Finn, «Whose Needs? Schooling and the Needs of Industry», in T. Rees e P. Atkinson (eds.), *Youth, Unemployment and State Intervention*, Londres, Routledge & Kegan Paul, 1982.

⁵⁶ David Raffé, «Change and Continuity in the Youth Labour Market: A Critical Review of Structural Explanations of Youth Unemployment», in Sheila Allen e outros, *The Experience of Unemployment [...]*, pp. 45-60.

⁵⁷ M. Brake, *The Sociology of Youth Cultures and Youth Subcultures [...]*, D. Hebdige, *Subcultures: The Meaning of Style [...]*, R. Jenkins, *Lads, Citizens and Ordinary Kids*, *Working-Class Youth Life-Styles in Belfast [...]*, G. Murdock e R. McCron, «Youth and Class: The Career of a Confusion», in G. Mungham e G. Pearson (eds.), *Working Class Youth Culture*, Londres, Routledge & Kegan Paul, 1976.

entanto, cabe perguntar, não será que as dificuldades de inserção profissional por parte de alguns jovens traduzem menos uma suposta inadequação da escola ao trabalho do que um campo privilegiado onde se exerce a selecção social?

Em relativa oposição à *tese estruturalista da inadequação da escola ao mercado de trabalho* têm surgido outras teorias mais orientadas para a análise das atitudes e representações que os jovens têm sobre o trabalho e o emprego e sobre as suas próprias estratégias de inserção profissional. De acordo com estas outras teorias, o *interregno* vivido por muitos jovens entre a escola e o emprego é atribuído às dificuldades de adaptação dos jovens a um modo de vida muito distinto do da vida de estudante, a que estavam habituados, isto é: às dificuldades de adaptação a um novo modo de vida regulado pela disciplina do trabalho, pela rigidez de horários, pela ausência da convivialidade com amigos. Esta hipótese deu origem à *tese da alergia dos jovens ao trabalho*, que conheceu um particular sucesso nos anos 70, com o livro de J. Rousselet⁵⁸. De acordo com esta tese, os jovens rejeitariam ou desvalorizariam a ética tradicional do trabalho⁵⁹, ou, quando muito, adoptariam em relação ao trabalho uma posição meramente «instrumental», afastando-se do mito da realização profissional através do trabalho e manifestando, paralelamente, indiferença ou resignação em relação às escolhas profissionais. Esta tese não deixou de ter os seus críticos, como Galland⁶⁰, que nos chamou a atenção para o facto de a propagada alergia dos jovens ao trabalho se fundamentar, mais ou menos implicitamente, na complicada comparação de um «antes» (onde a ideologia do trabalho estaria determinada por uma ética profissional) com um «depois» (onde essa ética teria perdido parte da sua capacidade mobilizadora). Galland insiste no facto de esta suposta evolução de atitudes nunca ter sido devidamente demonstrada — e poderia sê-lo? —, sustentando, aliás, a opinião de que no mundo industrial acabaram por prevalecer distâncias entre as ambições profissionais orientadas para a realização pessoal e as situações de facto, onde o trabalho sempre terá adquirido uma função predominantemente instrumental.

Quer a *tese estruturalista da inadequação da escola ao mercado de trabalho*, quer a *tese da alergia dos jovens ao trabalho*, grassam num comum abuso de *generalização*, o mesmo se podendo dizer de algumas das críticas que têm sido dirigidas a essas mesmas teses.

Em que consiste esse abuso de *generalização*? No facto de ambas as teses em questão tomarem os jovens como um conjunto homogéneo: num caso, «os jovens» (no seu conjunto) seriam afectados pela inadequação da escola ao mercado de trabalho; noutra caso, «os jovens» (também no seu conjunto) seriam atacados pela alergia ao trabalho.

⁵⁸ J. Rousselet, *L'Allergie du Travail*, Paris, Seuil, 1974.

⁵⁹ R. Block e L. Langman, «Youth and the work. The diffusion of the countercultural values», in *Youth and Society*, 5 (4), 1974, pp. 411-432.

⁶⁰ Olivier Galland, *Les Jeunes [...]*, pp. 95-102.

Em ciências sociais, as generalizações são complicadas. De facto, a teoria social ou sociológica consiste basicamente em *esquemas conceptuais*, mais que em proposições ou «leis» explicativas, na verdade pouco ajustáveis às interrogações e problemáticas sociológicas. Para dar resposta à maior parte destas não se torna necessário — e muito menos conveniente — recorrer a grandes *generalizações*⁶¹. Nestes termos — por contraposição às teses atrás anunciadas e em função dos resultados de investigação reunidos —, proporia uma nova tese, bastando menos assertiva em relação àquilo que os jovens possam ter de comum no que respeita a algumas das suas atitudes e representações: a *tese das reacções diferenciadas dos jovens* em relação ao trabalho, ao emprego e ao desemprego.

De facto, o que os resultados da investigação que conseguimos reunir sugerem é que, enquanto entre alguns jovens se encontra uma mais disseminada ideologia de realização individualista, aparecendo, muitas vezes, a obtenção de emprego fortemente associada ao empenhamento, ao esforço e à realização pessoal e profissional, para outros jovens, o emprego aparece como uma fonte de satisfação meramente instrumental, parecendo cada vez menos irrelevante a «ética do trabalho».

4. ATITUDES DOS JOVENS PERANTE O TRABALHO, O EMPREGO E O DESEMPREGO

Entre os jovens aparecem, contudo, dissensões porventura ainda mais importantes: um jovem operário dizia-me que ter um trabalho era para ele tão importante como o «pão para a boca», pois tinha a mãe viúva para alimentar. Outro jovem, bem bronzado, certamente amigo da praia, respondeu-me, quando o interroguei sobre as suas expectativas em relação ao futuro profissional: «Trabalhar? Sim... agora no Verão trabalho prò bronze!»

Embora tivéssemos encontrado jovens de diferentes quadrantes sociais — alguns mesmo desempregados — que mostram algumas exigências relativamente ao tipo de trabalho que pretendem desenvolver, pode dizer-se que as exigências aumentam à medida que os jovens revelam uma pertença a classes sociais mais elevadas.

As diferentes representações que os jovens têm sobre o trabalho e o emprego e as suas diferentes estratégias de inserção profissional dependem, pois, de um conjunto diversificado de factores. De facto, e como sugere Bertaux⁶², não são apenas *processos externos* aos indivíduos (mercado de trabalho e estruturas de oportunidade, acontecimentos históricos colectivos,

⁶¹ Sobre esta postura epistemológica ver Anthony Giddens, *The Constitution of Society*, Cambridge, Polity Press, 1986.

⁶² Daniel Bertaux e Isabelle Bertaux-Wiame, «Le patrimoine et sa lignée: transmissions et mobilité sociale sur cinq générations», in *Life Stories/Récits de Vie*, n.º 4, 1988, p. 8.

etc.) que determinam as suas trajectórias sociais (individuais e familiares), mas também *processos internos* respeitantes não apenas aos indivíduos, como ainda às próprias famílias.

O que é que uma mãe ou um pai faz ao longo da vida dos filhos que não seja pelo seu futuro? [...] Qual é a marca do passado que não tem a ver com o futuro?... Eu não sei se tenho feito tudo, eu acho é que tudo o que tenho feito tem a ver com o futuro deles. [47 anos, sexo feminino, 4 filhos, classes médias, Coutada.]

A fábrica continua a atrair muitos filhos de operários, o que não acontece por acaso. Interessante, ainda, é verificar que os jovens que já trabalham em alguma fábrica ou oficina dão mostras de satisfação com o emprego que têm e com o trabalho que fazem. É possível que estes jovens, ao dizerem que se encontram satisfeitos com o trabalho que fazem, queiram antes dizer que se encontram satisfeitos, sobretudo, *por terem um trabalho* que lhes permita ganhar algum dinheiro. Ou seja, a suposta valorização do trabalho seria, sobretudo, uma valorização do «posto de trabalho». Se assim for, podemos mais facilmente compreender por que razão são os jovens de mais baixa condição social — económica e socialmente mais afectados pelas dificuldades de inserção profissional — aqueles que aparentam mostrar-se profissionalmente mais realizados.

De facto, os jovens de meio operário são os que encaram o trabalho de uma forma mais instrumental. Para eles, ter um qualquer trabalho é melhor do que não ter trabalho algum e um trabalho em que se ganha mais dinheiro é melhor do que um trabalho em que se ganha menos. Para os jovens de Rio Cinza, os factores extrínsecos do trabalho — segurança e dinheiro — são mais valorizados que os factores intrínsecos relacionados com a satisfação no trabalho e a realização profissional, ao contrário do que acontece com os jovens da Dorninha e da Coutada, que valorizam bastante mais os factores intrínsecos do trabalho.

Isto é, os jovens menos críticos em relação aos factores intrínsecos do trabalho são os menos qualificados, as raparigas, os aprendizes, em suma: aqueles que, devido às condições de trabalho que experimentam e ao tipo de trabalho que realizam, mais razões poderiam ter para se sentirem insatisfeitos. Justamente, para estes jovens, o trabalho assalariado é um meio raro e precário de acederem a um estatuto de mínima independência; os empregos não são procurados na base das ambições profissionais ou, então, estas são adaptadas ou ajustadas às oportunidades de emprego. Habitados à miséria, encaram a luta pela vida como uma capacidade hereditária:

Fomos obrigados a lutar desde novos, desde muito pequenos [...] uma rata, uma rata envenenada que esteja grávida, os filhos já vêm preparados para aquele veneno. Eu estou preparado para isso. [21 anos, operário, Rio Cinza.]

De facto, entre os jovens de mais baixas camadas sociais, os «sonhos de emprego» que acalentam na infância — motorista, serralheiro, mecânico, bate-chapas, jogador de futebol, etc. — não se encontram muito distanciados dos trabalhos que acabam por encontrar ou, possivelmente, virão a encontrar. Estes jovens reconhecem que as hipóteses de terem um bom emprego, um emprego com «bata branca», são mínimas. Esse reconhecimento leva alguns deles a não encararem seriamente a escola, embora outros também me tivessem dito — com que intenções? — que «sim, senhor, a escola é importante por preparar os jovens para o futuro».

Na verdade, com ou sem escolaridade, muitos destes jovens sabem, sem grande margem de erro, qual o futuro que os espera. O que querem é um qualquer trabalho que lhes dê dinheiro, e por isso dizem que necessitam de trabalho como de «pão para a boca». No fundo, para estes jovens, todo o trabalho é desagradável ou apenas agradável na medida em que, através dele, se consegue ou não obter dinheiro. Todavia, o ganhar mais dinheiro não depende tanto do tipo de trabalho conseguido como do número de horas que trabalham ao dia. Daí que não hesitem, «vergando a mola», em fazer horas extraordinárias para ganharem mais dinheiro. Com efeito, entre o ganhar mais dinheiro à custa de horas extraordinárias e o dispor de mais tempo livre, são os jovens de mais baixa condição social os que revelam uma maior tendência ao sacrifício dos seus tempos livres.

A importância que os jovens operários dão ao dinheiro justifica-se, por um lado, porque sentem uma obrigação moral de contribuir para o aumento dos escassos rendimentos da família; por outro lado, porque, no caso dos rapazes, «dinheiro no bolso» e «posse de trabalho» permitem a estes jovens a exibição de códigos de masculinidade que implicam certas despesas (bebidas, voltas de moto, etc.). Em Rio Cinza, e segundo estes códigos, compete ao rapaz pagar as despesas em bebidas, discotecas, etc., sempre que convida uma rapariga para sair. Os desempregados encontram-se desta forma excluídos do exercício deste tipo de comportamento «cavalheiresco», perdendo, eventualmente, no contacto com as raparigas.

Comparativamente, os jovens das classes médias e superiores dos outros meios sociais estudados (Coutada e Dorninha), nomeadamente os do sexo masculino, mostram-se mais exigentes na procura de um trabalho que lhes proporcione uma certa realização profissional e, por conseguinte, é entre estes jovens que se verifica uma aparente maior indeterminação na passagem para a vida adulta. Por outro lado, são, de um modo geral, exigentes em relação à qualidade de trabalho, às relações de companheirismo no trabalho, às possibilidades de evolução na carreira, às microsolidariedades profissionais, à independência.

Contudo, entre alguns jovens das classes médias e superiores da Dorninha e da Coutada é também notória uma certa indefinição relativamente ao futuro profissional. Por vezes, essa indefinição pode até tomar a forma de indiferença. Estas atitudes podem ser uma manifestação de consciência do hiato entre aspirações produzidas por estudos prolongados e aquilo que esses

jovens podem vir a obter em termos de estatuto e remuneração. Aliás, em alguns casos, quanto menos os jovens sabem para que estudam, mais induzidos parecem a prolongar os estudos.

Por outro lado, os «sonhos de infância» relativamente às profissões que gostariam de ter — artista, hospedeira, astronauta, piloto de fórmula 1, músico, palhaço, etc. — manifestam-se, por vezes, desajustados ou desenquadrados dos seus futuros prováveis. Comungam de idealizações utópicas, como utópicos parecem ser alguns substratos do pensamento das classes médias⁶³.

É entre os jovens das classes médias e superiores, e que se revelam pouco preocupados com o futuro, que parece verificar-se um maior distanciamento relativamente aos valores da «ética do trabalho». É certo que alguns deles, mesmo sem necessidade aparente, fazem esporadicamente alguns «biscates»: uns planeiam vender sandes na praia; outros participam como seguranças no Grande Prémio de Fórmula 1 do Estoril; outros, ainda, envolvem-se em campanhas de publicidade, etc. No entanto, a participação nestes trabalhos esporádicos acaba por se revelar, para muitos deles, uma manifestação de cultura juvenil. Por duas razões:

- a) Por um lado, a posse de dinheiro para ser gasto sem grandes entraves ou constrangimentos familiares é uma condição favorecedora de afirmação juvenil pouco consonante com éticas de poupança, mais próprias de adulto;
- b) Por outro lado, mesmo quando os pais costumam financiar-lhes os seus pequenos consumos, estes jovens sentem necessidade de ganhar, eles próprios, o seu dinheiro; isto é, o dinheiro por eles ganho é um símbolo de independência; umas férias «curtidas» à custa de um mês de trabalho são outras férias; uma viola comprada com dinheiro próprio é tocada com mais carinho:

Queria ter uma viola... eléctrica, uma semiacústica. Vou trabalhar este Verão para ver se consigo comprá-la. Não quero qu'os meus pais ma comprem! Pois... eu era... acho qu'era, s'eu passasse este ano... ou até mesmo que não passasse, não sei, s'eu lhes pedisse eles eram capazes de ma dar, porque eles no Natal deram-me um órgão, deram-me uma viola, deram-me, pá, tentam-me dar tudo, o possível. Mas eu queria ver se comprava a viola pelo meu esforço... que era p'ra eu... pá, tava mais, sentia memo aquela coisa... pronto é minha... tenho... porque eu não tenho cuidado com as minhas coisas! E eu queria ter cuidado c'ó aquela viola... porque a partir... desde que seja eu a comprá-la já me vai, vai-me custar mais do que seja os meus pais a comprá-la. E acho que ia ter mais carinho por

⁶³ Dominique Monjardet, «La pensée utopique et les couches moyennes: quelques hypothèses», in *Sociologie du Travail*, n.º 1, 1984, pp. 50-63.

ela do que seja os meus pais a comprar. E sentia-me mais independente! É mentira mas pronto! Ficava c'uma ilusão! [16 anos, estudante, sexo masculino, classes médias, Dorninha.]

Jovens com estratégias de mobilidade social ascendente, provenientes designadamente da pequena burguesia, desenvolvem, contudo, atitudes diferentes em relação ao trabalho e ao emprego. Acreditam, alguns deles, que com um bom curso não é difícil arranjar um bom emprego e mostram-se empenhados em subir a vida «a pulso»; outros acentuam, em contrapartida, uma clara disjunção entre o processo de educação e as reais oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho, disjunção sugerida pela não correspondência entre *aspirações e destinos prováveis*, nomeadamente em situações de crise de desemprego. Uns e outros mostram-se, contudo, bastante mais otimistas relativamente aos efeitos das novas tecnologias sobre o emprego do que os jovens de condição operária:

Hoje em dia, o que toda a gente diz é: «*O que dá mais é tirares um curso de computadores e seres um macaco naquilo!*» E é verdade, não há dúvida nenhuma que é mesmo isso. [19 anos, estudante, sexo feminino, classes médias, Dorninha.]

Computadores! Por exemplo, ali na Trofina, tinham lá não sei quantos empregados, né?! Foram p'ra lá os computadores, vieram mil e tal embora! Os computadores não servem pa nada [...] Era acabar com isso! [26 anos, operário, Rio Cinza.]

Aliás, a rotatividade de postos de trabalho, que os jovens reconhecem ser um efeito da introdução das novas tecnologias nos processos de trabalho, não é vista, por todos eles, de maneira negativa. Houve jovens que me disseram que, quando se chateiam com o patrão, o mandam «às urtigas» e que entretanto acabam sempre por arranjar outro trabalho, porque nessa altura já adquiriram «experiência». A mudança de emprego parece, deste modo, estar dependente de uma espécie de análise «custos-benefícios», muito embora esta seja, na maior parte dos casos, uma racionalidade que apenas toma lugar depois do abandono do primeiro emprego.

Para jovens de condição operária, a inserção profissional não é marcada, de um modo geral, por frustrações resultantes de expectativas exageradas em relação ao futuro profissional. Todavia, alguns deles vêm-se «obrigados» a aceitar condições de trabalho com as quais se reconhecem penalizados. Ao contrário de algumas teses que se limitam a postular a valorização do trabalho manual por parte dos jovens de condição operária⁶⁴, verifiquei,

966 ⁶⁴ É o caso de Paul Willis, «Shop Floor Culture, Masculinity and the Wage Form», in J. Clark, C. Critcher e R. Johnson (eds.), *Working Class Culture [...]*

em Rio Cinza, que, embora alguns jovens valorizem o trabalho manual, muitos mais valorizam o dinheiro, havendo também — em menor número — os que valorizam uma carreira promocional, baseada na escolaridade ou na frequência de cursos de formação profissional. Entre os jovens operários de Rio Cinza é mais correcto afirmar que, em termos abstractos, não desprezam o trabalho, mas sim o trabalho *concreto* que realizam — um trabalho socialmente depreciado e alienante.

5. OS JOVENS E O DESEMPREGO

Também o desemprego afecta os jovens de diferentes maneiras, de acordo com as suas trajectórias e os valores e expectativas dos seus grupos de pertença e de referência. Em Rio Cinza, por exemplo, a acumulação de uma experiência pessoal e colectiva de desemprego torna menos plausível o surgimento de explicações *individualistas* do desemprego, prevalecendo a consideração de razões explicativas mais estruturais. Em contrapartida, na Dorinha e na Coutada, o desemprego continua a ser encarado de forma mais individualizada, isolada e até desviante, isto é: a procura de emprego encontra-se mais sujeita a exortações públicas ao esforço individual — «os jovens desempregados não encontram trabalho porque não se esforçam».

Apesar de o desemprego começar também a afectar jovens provenientes das classes médias — e não apenas as franjas mais desprotegidas do operariado⁶⁵ —, o certo é que as dificuldades de transição dos jovens para a vida activa não são encaradas, pela generalidade dos jovens, de forma tão frustrante quanto se poderia esperar, já que tanto na família como na escola vão sendo consciencializados dos problemas com que se virão a confrontar⁶⁶. Por vezes chegou mesmo a parecer-me que jovens aparentemente mais afectados pelas dificuldades de obtenção de emprego (os de mais baixa condição social) vivem o processo de transição para a vida activa com menos frustrações do que os outros. Alguns jovens das classes médias e elevadas podem, na verdade, sentir-se mais afectados, prolongando mesmo a situação de desemprego perante as dificuldades de encontrar um trabalho em relação ao qual as suas aspirações profissionais se ajustem adequadamente. Para estes jovens é mais problemático o abandono de aspirações que na prática podem ser difíceis de concretizar, ou seja, é mais complicado reduzir a «dissonân-

⁶⁵ Podem ser dos mais afectados, mas não serão apenas os únicos, ao contrário do que alguns autores ainda continuam a sustentar. Por exemplo, A. Sinfield, «Unemployment in an unequal society», in B. Showler e A. Sinfield (eds.), *The Workless State*, Oxford, Martin Robertson, 1981, pp. 126-129.

⁶⁶ D. N. Ashton e D. Field, *Young Workers [...] A este modelo, construído a partir da teoria da socialização, K. Roberts contrapõe como modelo complementar um outro baseado na teoria da estrutura de oportunidades; segundo este último modelo, os jovens apenas optariam pelos trabalhos disponíveis (K. Roberts, *School Leavers and their Prospects: Youth in the Labour Market in the 1980s [...]*)*

cia cognitiva» que se desenvolve entre as aspirações profissionais que vão acalentando, ao longo das suas trajectórias escolares, e a concretização dessas aspirações.

Longe de forçar uma homogeneização de comportamentos e de atitudes, a situação de desemprego parece revelar a existência de, pelo menos, dois sistemas de valores relativamente opostos perante essa situação. Para jovens (oriundos, nomeadamente, da pequena burguesia) orientados por estratégias de mobilidade social — e dados os grandes e penosos investimentos que fazem numa carreira profissional, na obtenção de um bom aproveitamento escolar e de um bom emprego —, o desemprego pode ser uma experiência traumatizante. Para outros jovens, contudo, mesmo de idêntica condição social (embora com diferentes trajectórias sociais), o desemprego não representa, necessariamente, sinónimo de exclusão ou de humilhação, ou, pelo menos, não implica que se sintam tão culpabilizados.

Mas também é possível que períodos marcados por fortes taxas de desemprego juvenil ou de trabalho precário possam provocar menores estigmas nos jovens desempregados do que em períodos de quase pleno emprego; no primeiro caso, o desemprego é tomado como um «lugar-comum» e os próprios jovens consideram-no um «fenómeno social», isto é, não dependente de características individuais/psicológicas, por vezes atribuíveis aos desempregados. Por este motivo, talvez o facto de o desemprego ou a precariedade de emprego afectarem mais os jovens que os adultos os leve, em grande maioria, a considerar que as gerações mais velhas são aquelas que pior vivem uma situação de desemprego. Mas também é verdade que, de um modo geral, os jovens dão mostras de melhor suportarem os problemas resultantes do desemprego e da precariedade de emprego, por reconhecerem a ausência, entre eles, de identidades ocupacionais estáveis, responsabilidades familiares. De qualquer forma, a posição dos jovens relativamente aos contratos a prazo encontra-se fortemente dependente da sua condição social:

Ainda bem, porqu'agora... pode-se despedir aqueles anormais que tão sentados... de braços cruzados. Quando não fazem nada, despede-se! [20 anos, estudante, sexo feminino, classes superiores, Coutada.]

Uma grande chatice, um gajo farta-se de trabalhar e na volta... depois faz três meses e eles mandam pá rua, pa um gajo não ter direito a fundo de desemprego, isso já aconteceu comigo [...] Um gajo farta-se de *bulir* nos três primeiros meses, não sei quê [...] e na volta não há chance. [19 anos, operário precário, Rio Cinza.]

Em suma, os jovens encontram-se diferentemente expostos ao desemprego e este, como vimos, tem para os jovens diferentes sentidos. Isto é, a precariedade laboral e o desemprego não são vividos nem imaginados da mesma maneira pelos jovens de diferentes condições sociais e as próprias saídas ao desemprego diferem segundo as suas trajectórias sociais.

Também a duração do desemprego varia consideravelmente em função de diferentes tipos de disponibilidades retidas: escolares, sociais, económicas. Não estranha, deste modo, que diferentes representações do futuro acabem também por ser condicionadas pela situação dos jovens perante o trabalho e o emprego e que alguns desempregados, em desespero de situação — ao envolverem-se em trabalhos de natureza bastante precária —, tendam a perpetuar ou a reproduzir uma forma de desemprego latente.

Tem-se dito, por vezes, que a ausência de capital escolar constitui um dos factores mais associados ao desemprego. Contudo, o capital escolar não tem a mesma importância para as distintas categorias sociais de jovens que foram acompanhados no âmbito da pesquisa realizada. Em particular, os riscos de efectivo desemprego e de precariedade parecem bem maiores para as raparigas de menores habilitações literárias e de mais baixas camadas sociais. Com efeito, enquanto os jovens do sexo masculino não diplomados e de origem operária conseguem manter-se em actividade ou em semiactividade, as raparigas em idêntica situação escolar e social (em particular as que se casam e têm filhos) são mais facilmente afastadas ou mesmo excluídas do mercado de trabalho através da *domesticidade*. A situação perante o trabalho que caracteriza as jovens domésticas é, pois, uma situação de flutuação entre o desemprego e a domesticidade, produto da conjugação de constrangimentos ligados ao mercado de trabalho, a um certo tipo de necessidades familiares e, também, a representações sociais dominantes em torno da divisão sexual do trabalho que relegam a mulher para o exercício de actividades não remuneradas.

Deste modo, enquanto, para um jovem do sexo masculino, a rendibilização do capital escolar consistirá, sobretudo, na procura de um tipo de trabalho que esteja o mais próximo possível das expectativas criadas por esse capital escolar, para uma jovem com trajectória escolar comparável verificar-se-á um menor nível de exigências, determinado por representações geralmente associadas à identidade profissional da mulher — em que ainda predomina a imagem equívoca de «inactividade» conferida pela condição de doméstica, para já não falar da desqualificação profissional a que vulgarmente se encontra sujeita.

Como vemos, diferentes factores parecem favorecer o êxito profissional ou, ainda, a precarização e os modos de diferenciação social da mão-de-obra juvenil perante situações como o desemprego. Há jovens que, ao não conseguirem um emprego estável, aproveitarão a oportunidade de um qualquer trabalho (os das classes mais desfavorecidas) para ganharem algum dinheiro, enquanto outros parecem tolerar melhor um tempo de espera até conseguirem um emprego relativamente estável ou em que possam realizar-se profissionalmente (classes médias e superiores).

Em todo o caso, qual a natureza de ajustamentos, se é que eles existem, entre *emprego, situação familiar, matrimonial, coabitacional*? As famílias de origem actuarão como *reguladoras* desses ajustamentos? Em que medida? Em relação a que tipo de jovens? Em situação de desemprego, quais as for-

mas alternativas, se é que existem (biscates, ajudas familiares, roubos, outros expedientes), de obtenção de rendimentos?

O facto de significativa parte dos jovens mostrar grande preocupação em conseguir um emprego não significa que outros jovens não vivam de forma satisfatória o alongamento do processo de transição para a vida adulta, nem que encarem de forma completamente negativa a precariedade de emprego ou a falta dele. Na Dorninha e na Coutada tive oportunidade de verificar que jovens de classes médias, mesmo ocupando no início da sua carreira profissional empregos «desqualificados», visam, na realidade, através de uma sucessão de estatutos provisórios que os contratos a prazo ou os «biscates» possibilitam, alcançar uma posição em consonância com a sua origem social ou com os seus sonhos de futuro profissional:

Comecei a trabalhar assim por ... gozo... na construção civil com um tio meu, potanto p'ra ele! Isso era uma coisa... cinquenta, ganhava cinquenta escudos por dia, acho qu'uma coisa assim. Tinha 12 anos. Depois comecei a ir para França trabalhar; potanto, por conta de um primo meu, também tem uma empresa lá. Aah... potanto ia só nas férias do Verão! Este ano não fui, este ano fui trabalhar pá *Donot...* fraldas! [...] Regime normal! Potanto, como um empregado repositor, digamos! [...] Só nos períodos de férias [...] Depois deixei, fui trabalhar por conta própria! [...] Agora, por exemplo, também tou a trabalhar, dou aulas de viola [...] e trabalho no ramo de automóveis! Potanto... é comprar automóveis assim mais ou menos degradados, minimamente, não é? Eu arranjo-os e vendo-os! [...] Eu sou capaz de me desenrascar, sei a quem hei-de ir... aonde ir buscar as coisas, mais baratas, etc. Começo agora com um carro, já tenho dinheiro pa comprar um carro... dois carros! E assim sucessivamente até que se consegue por fim... comprar uma casa, em que posso meter o meu carro... exposto! Em que já tenho... potanto os meus descontos, potanto, pó Estado, etc., em que já tou oficializado!... Potanto, de momento, claro, é sucata né?! [...] Potanto, fazer biscates... potanto, ajuda de quoquer maneira... a pessoa a desenvolver, a ir-se desenvolvendo, ós poucos, e é natural qu'a pessoa comece a... pouco, não quer logo tudo duma vez, não é?! [...] Entretanto tive de deixar p'ra continuar c'os estudos... Não deixei totalmente!

— No fundo considera-se um estudante ou um trabalhador-estudante?

— Um estudante que quando precisa de dinheiro tenta-se desenrascar!

[19 anos, estudante com biscates, sexo masculino, pequena burguesia tradicional, Dorninha.]

Por outro lado, há jovens que parecem não rejeitar de modo absoluto os *contratos a prazo*, manifestando, em contrapartida, uma atitude receptiva à «polivalência», à «mudança de postos de trabalho», à «flexibilização contratual» — fenómenos que lhes permitem melhor controlar os tempos da vida

quotidiana, fora das divisões tradicionais que, na sociedade industrial, impõem uma rígida separação entre tempos livres e tempos de trabalho:

Eh pá! Tenho o horário mais esquisito deste mundo! Pá, posso trabalhar muito, muito durante três dias seguidos, depois sou capaz de tar uma semana pá, calmamente a pensar no que vou fazer a seguir. Portanto, eu não tenho um horário regular, não é um horário de pegar no trabalho [...] É a tal coisa, eu posso ter fins-de-semana às segundas e terças e posso trabalhar um fim-de-semana em casa, talvez. É relativo, p'ra mim, não há... não há divisão, não há divisão tradicional [...] Há uma grande mistura entre os meus tempos livres e os meus tempos de trabalho. [25 anos, artista, sexo masculino, classes médias, Dorninha.]

Alguns jovens — predominantemente originários das classes médias — parecem fortemente predispostos a experimentar novas formas de existência adaptadas à situação de precariedade laboral e mostram-se capazes de harmonizar «modos de vida» próprios a situações de crescente flexibilização no mercado de trabalho ou no sistema de emprego. O trabalho intermitente proporcionado pelos contratos a prazo parece mesmo oferecer-lhes um maior grau de autonomia e de liberdade, permitindo-lhes uma mais livre escolha — liberta, ocasionalmente, de constrangimentos de trabalho — dos seus próprios modos de vida:

Eu sou capaz de tar tipo quatro, cinco meses a trabalhar, depois... sinto-me bem assim, agora paro um mês, o meu mês, esse mês é porreiro. Adoro esse mês, mas depois farto-me, apetece-me fazer outra vez a mesma coisa [...] Eu tenho passado por montes d'empregos, tás a ver, e sempre que vou trabalhar pa um sítio levo curiosidade em mim pa ver como é qu'aquilo é. [...] Gosto um bocado de andar d'um lado pó outro. Não, não me faz diferença. Até já trabalhei sem contratos, em princípio pa mim é a mesma coisa! [20 anos, trabalhador precário, classes médias, Dorninha.]

Não é uma determinada «ética de trabalho» que estes jovens contestam. São antes as novas modalidades de entrada na vida adulta — caracterizadas por um alongamento e indeterminação crescentes — que determinam novos comportamentos e novas atitudes em relação ao trabalho. Não é assim de estranhar que os jovens que mais frequentemente parecem rejeitar a tradicional «ética do trabalho» sejam sobretudo jovens desempregados ou trabalhadores precários, provenientes das classes médias, munidos de uma formação escolar (secundário geral) sem valor no mercado de trabalho. Pierre Bourdieu e Olivier Galland⁶⁷ descreveram bem este processo de distancia-

⁶⁷ P. Bourdieu, «Classement, déclassement, reclassement [...]», in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.º 24, 1978, e Olivier Galland, *Les Jeunes [...]*, p. 63.

mento entre o horizonte de aspirações que o prolongamento da escolarização à partida suscita e as dificuldades de concretização dessas aspirações oferecidas pelo mercado de trabalho: vítimas de um processo de desqualificação social, estes jovens das classes médias são precisamente aqueles que mais fácil e frequentemente colocam em jogo estratégias divergentes de diferenciação no processo de transição para a vida adulta, estratégias que Bourdieu analisa como tentativas de «requalificação», nas suas mais diversificadas modalidades, estratégias estas orientadas para a participação em novas profissões, de estatuto técnico relativamente ambíguo, que possibilitam formas de evidência profissional e social menos dependentes dos títulos escolares (desvalorizados) que de certos predicados: bom gosto, boas maneiras, distinção, *savoir-vivre*..., que são predicados de quem tem boas heranças de capital cultural.

Deste modo, é perfeitamente admissível que o prolongamento do período de transição para a vida adulta, tanto na vertente profissional como na vertente conjugal, esteja por detrás do aparecimento de determinadas atitudes até agora «atípicas» em relação ao trabalho, designadamente, mas não só, no que concerne a uma gestão mais flexível dos tempos de trabalho.

Quando Raymond Ledrut escreveu a sua *Sociologie du Chômage*⁶⁸, na década de 60, o desemprego ao nível da Europa dizia respeito a uma população marginal ou dita de *frottement* entre dois empregos. Contudo, a actual extensão que o fenómeno do desemprego conhece por toda a Europa autoriza-nos, como o temos vindo a fazer, a analisar a atitude de diversos grupos sociais de jovens em relação ao trabalho, ao emprego e ao desemprego. Quais os diferentes usos sociais do desemprego?

A maior parte dos trabalhos consagrados ao desemprego, nomeadamente os realizados no campo da economia, foram basicamente orientados para a análise das causas estruturais e conjunturais do desemprego, sem se prestar grande atenção à forma como o desemprego é na realidade vivido. No entanto, sem que tenhamos de perder de vista essas causas, interessa também ensaiar sociologicamente algumas *tipologias* de formas como o desemprego é quotidianamente sentido, vivido ou perspectivado pelos jovens de diferentes condições sociais. A metodologia utilizada no curso desta investigação, de natureza predominantemente qualitativa, possibilitou precisar diversos elementos de experiências vividas ou cenários imaginados de desemprego ou de suas representações, ao mesmo tempo que permitiu a explicitação de alguns factores que influenciam essas experiências ou representação, muito embora seja difícil ensaiar generalizações a partir do peso relativo desses factores, dado o tipo de representatividade dos universos de estudo considerados.

Há vários autores que têm definido a juventude em termos de um estatuto de «privação»⁶⁹. Esta definição faria sentido há uns anos atrás, mas,

⁶⁸ Raymond Ledrut, *Sociologie du Chômage*, Paris, PUF, 1966.

⁶⁹ Por exemplo, Manuel Braga da Cruz e outros, «A condição social da juventude portuguesa», in *Análise Social*, vol. XX, n.ºs 81-82, p. 289.

provavelmente, deve hoje ser relativizada. Tome-se o conceito de «estatuto» no sentido em que é definido por Raymond Ledrut e Dominique Schnapper⁷⁰, isto é, como um conjunto mais ou menos sistematizado e relativamente fixo de comportamentos complementares que se podem esperar tanto de um indivíduo com uma dada situação social, como da sociedade relativamente a esse indivíduo — comportamentos esses que, reciprocamente, seriam reconhecidos como legítimos quer pelo indivíduo, quer pela sociedade. Como é que os jovens e a sociedade em geral reagem perante o *estatuto* de *desempregado*?

Em princípio, poderíamos partir da hipótese de que para a sociedade, isto é, para os indivíduos em geral, o *trabalho* é uma fonte de segurança material, de identidade social e até de organização do tempo e do espaço quotidiano. Em contrapartida, o estatuto de desempregado surgiria como um estatuto desvalorizado relativamente ao estatuto «normal». No entanto, o que os resultados da investigação sugerem é que os jovens não reagem uniformemente ao estatuto de desempregado — na realidade, diferentemente vivido, percepcionado e valorizado pelos jovens.

Para os jovens carecentes de trabalho como de «pão para a boca», ou para os que apostam em progressivas carreiras profissionais, ter um emprego representa um estatuto normal de existência, formulado em termos de libertação ou de realização pessoal. A *norma* do *trabalho* é por eles interiorizada e a possibilidade de caírem no desemprego é vivida com angústia e temor. No entanto, será que o estatuto de desempregado é igualmente desvalorizado — se, na verdade, assim acontece — por todas as categorias sociais de jovens?

Tomem-se, a propósito, alguns atributos tradicionalmente convocados, pela literatura sociológica, para definirem o estatuto de desempregado⁷¹: para começar, todo o desempregado se encontraria privado de participar nos chamados «ritmos colectivos de vida», definidos pela alternância dos tempos de trabalho e de não trabalho, estando nesta alternância contempladas as oposições entre os tempos de semana e os tempos de fim-de-semana; entre os tempos de férias e os tempos que lhe são adjacentes. Todavia, cabe perguntar, a não participação nesses ritmos colectivos de vida será sempre *negativamente* vivida pelos jovens, ou vivida de forma idêntica? E os jovens, mesmo desempregados, não descobrirão eles os seus próprios ritmos de vida?

É admissível que o estatuto de desempregado, tal como tem sido tradicionalmente definido, seja inegavelmente penoso para as gerações adultas, por não poderem recorrer tão facilmente quanto os jovens a *actividades de substituição*, com excepção daquelas que o estatuto de reformado permite. No caso dos jovens poder-se-ia também supor que os desempregados se encontrariam privados de, por exemplo, pontos de referência espaciais da

⁷⁰ R. Ledrut, *Sociologie du Chômage [...]*, p. 419, e Dominique Schnapper, *L'Épreuve du Chômage [...]*, pp. 23-25.

⁷¹ Um bom balanço desses atributos é feito por Dominique Schnapper, *L'Épreuve du Chômage [...]*

sua existência. Os tempos de trabalho, ao encontrarem-se geralmente adstritos a locais de trabalho, de permanência continuada, impulsionam uma série de comportamentos orientados em função dessa localização: é o que acontece com as deslocações de e/ou para o trabalho. No entanto, também neste caso pode acontecer que, para alguns jovens caídos no desemprego, surjam espaços substitutivos de «permanência continuada», como é o caso dos cafés ou das esquinas de rua.

Finalmente, poderia supor-se, como acontece em vasta literatura sociológica, que a condição de desempregado representaria para alguns jovens a perda da sua identidade — quer individual, quer social. Esta leitura não é, contudo, tão linear quanto à primeira vista poderia parecer. Com efeito, está por averiguar se, pelo menos entre alguns jovens, não acabarão por se perfilar experiências e atitudes em relação ao desemprego diferentes daquelas que, à primeira vista, poderiam ser expectatavadas. Se assim é, importa dar conta da variedade de situações que o estatuto de desempregado comportará, das diferentes maneiras de os jovens imaginarem e viverem o desemprego e das diferentes representações que se esboçam em relação ao emprego e ao desemprego.

Já se sugeriu a hipótese de o *estatuto de desempregado* ser para alguns jovens (e não independentemente da sua condição social) menos difícil de suportar do que para os adultos. De facto, os jovens, mais facilmente que os adultos, encontrarão *estatutos de substituição*, como, por exemplo, o de *estudante*. Da mesma forma, podemos também supor que as jovens casadas possam adoptar, também mais facilmente que as solteiras ou que os rapazes, comportamentos ligados a um estatuto de substituição, como é o de *doméstica*.

Se estas hipóteses fazem sentido, será então que o possível sentimento de humilhação provocado pelo desemprego é maior entre os jovens que, abandonando a escola mais cedo, não encontram trabalho? Será que esse sentimento de humilhação, a existir, afecta mais os rapazes que as raparigas? E, entre estas, mais as solteiras que as casadas? Importa, por conseguinte, examinar o efeito de diversas variáveis sociológicas sobre os referidos estatutos — de empregado e desempregado —, em que condições mais facilmente surgirão «estatutos de substituição» ao estatuto de desemprego e se, de facto, esses estatutos de substituição tornarão mais ou menos suportável, para alguns grupos sociais de jovens, a situação de desemprego.

As atitudes dos jovens em relação ao desemprego foram avaliadas em função de duas dimensões principais:

A disponibilidade manifestada pelos jovens desempregados, ou imaginados nessa situação, para o desenvolvimento de *actividades de substituição*;

As formas de socialização ou dessocialização associadas ao desemprego e a crise, ou, em contrapartida, o reforço dos laços familiares que a situação de desemprego pode originar.

5.1 ACTIVIDADES DE SUBSTITUIÇÃO

Em relação à primeira das dimensões consideradas verifiquei que a disponibilidade manifestada para o exercício de «actividades de substituição» se encontra fortemente associada à condição social dos jovens e às suas trajectórias. No entanto, também o sexo e a própria idade se assumem como variáveis explicativas quanto à disponibilidade manifestada por alguns jovens para o exercício de algumas actividades de substituição.

Assim, os jovens dos mais baixos escalões etários refugiam-se mais facilmente em estatutos de substituição, como o de *estudante*. Algumas formas de participação cultural e determinadas sociabilidades juvenis decrescem também com o avançar da idade.

Importa, contudo, referir que, se umas vezes a condição de estudante se pode interpretar como um estatuto de substituição ao desemprego capaz de proporcionar aos jovens uma função «calmante», outras vezes assim não acontece. Coleman e Husén falam da função «calmante» da escola⁷² para jovens que fazem cálculos de optimização do seu futuro profissional a partir do prolongamento das suas trajectórias escolares. No entanto, de acordo com os resultados da pesquisa, também é verdade que, para um número significativo de jovens, a escola implica, mais que uma função de «calmante», uma função de *tensão*. Esta função de tensão resulta do reconhecimento, à medida que os jovens avançam nas suas trajectórias escolares, de que a posse de um «canudo» não é uma condição suficiente para aquisição de emprego. Por conseguinte, alguns jovens acabam por reconhecer que os excluídos do sistema de emprego não são apenas, ou principalmente, os menos instruídos ou rejeitados pelo sistema de ensino. Por outro lado, nas últimas duas décadas tem-se registado uma significativa democratização do sistema de ensino, nomeadamente no segmento da escolaridade que respeita ao ensino secundário. Em contraste, o acesso à universidade, embora tendo-se ampliado, continua sujeito a fortes restrições (*numerus clausus*). Deste modo, alguns jovens que frequentam o ensino secundário alimentam expectativas de ingresso na universidade de difícil concretização, daí resultando uma indelével frustração para esses jovens (função de «tensão»).

Em relação à variável *sexo*, as jovens parecem ter acesso mais fácil a alguns estatutos de substituição — como o de *doméstica* — que lhes fornecerão modelos de comportamento socialmente aceites, permitindo-lhes evitar os vazios criados pelo abalo dos ritmos quotidianos que o desemprego pode provocar. É provável, contudo, que estatutos de substituição como o de doméstica apenas funcionem para raparigas de baixa ou elevada condição social; entre as jovens das classes médias, quanto mais elevados forem os níveis de escolarização, maiores serão as perspectivas de realização profissional. Em contraste, para as jovens de condição operária com ideia de se casarem, o

⁷² James S. Coleman e Torsten Husén, *Tornar-se Adulto Numa Sociedade em Mutação*, Porto, Edições Afrontamento, 1990, p. 63.

trabalho doméstico não é necessariamente considerado um «fardo», sendo antes justificado por «amor».

Entre as classes médias, mais que os rapazes, as raparigas tendem a refugiar-se em estatutos de substituição como o de estudante, quando apostadas numa carreira profissional; isto é, não se mostram tão disponíveis para jogar o futuro profissional em empregos «duvidosos» ou de «risco» (como a criação de uma pequena empresa), preferindo esperar por melhor oportunidade e prolongando, para o efeito, os estudos.

Os jovens do sexo masculino mostram, contudo, uma grande propensão a abraçarem o mundo dos negócios ou dos pequenos biscates, até por pensarem que com estas ocupações estão menos subordinados à rigidez indesejável de horários:

O meu dia-a-dia não consigo descrever a ninguém! Não consigo porqu'a minha vida é... dum dia pó outro, de uma hora pa outra, é tudo completamente diferente. Não tenho horário pa nada! [...] Eu, digo-te uma coisa, s'eu agora tivesse um emprego em que me dissessem assim: «*Você tem que tar aqui a trabalhar numa secretária das 9 às 7*», eu dava em maluco, eu ao fim dum mês dava em maluco da cabeça... não conseguia! [26 anos, empresário, classes médias, Coutada.]

Ainda que os jovens com origem social nas classes médias sejam dos que revelam uma maior tendência ao prolongamento da escolaridade, o que parece estar a acontecer é uma tendência para o sistema social perpetuar e reforçar aspirações em relação às quais os meios mais legítimos para as satisfazer se tornam mais aleatórios, acentuando-se o sentimento de uma competição severa para aceder a posições que garantam um certo prestígio social. Neste quadro de mudanças, certas estratégias de reconversão começam a desenvolver-se, dando lugar à revivescência de ocupações tradicionalmente consideradas de vocação, designadamente as mais ligadas ao campo artístico. Trata-se de estratégias que traduzem uma recusa de desvalorização de estatutos que ameaçam sobremaneira jovens oriundos das classes médias:

Eu tou a explorar a minha pintura, pa tentar ir o mais longe possível! E acho que... sou capaz de dar uns pulinhos... s'eu tivesse a noção de que isto não seguia uma linha recta, que não subisse, também tava quieto [...] Eu no fundo não sei o qu' é que me consideram se empregado ou não! Eu trabalho para mim só. Eu tenho muito trabalho num mês ou não tenho nenhum no mês a seguir, no fundo eu sou um desempregado oficialmente! É liberal, trabalho liberal, eh, pá!... [...] tou a montar um gabinete de publicidade, devagarinho e tal, mas acho qu' é uma boa forma, pá, de fugir ao desemprego, pelo menos não tou dependente de patrões [...], não tou dependente de contratos pá, nem de ser posto na rua de um momento pó outro! É pá, contratos a prazo pá, é a tal coisa, um gajo... tá sempre

dependente da estrutura da empresa, aquilo ou dá ou não dá, se não dá, um tipo tá tramadinho. [25 anos, artista, sexo masculino, classes médias, Dorninha.]

Por acaso eu e mais uns amigos meus também temos o sonho de nos tornarmos num grupo de *rock*. Já temos alguns instrumentos e vamos aprendendo a tocar viola... já temos até um baterista... acho qu'ê uma, uma forma de... de ganhar a vida... [19 anos, estudante, sexo masculino, classes médias, Dorninha.]

De facto, são jovens das classes médias os que mais manifestam o desejo de seguir uma «carreira artística»⁷³. No fundo, para estes jovens, as actividades de substituição ao estatuto de desemprego serão entendidas como a «verdadeira vocação». Facto a reter é o de estes jovens serem oriundos de classes médias com um relativo capital cultural, o que poderá ajudar a cimentar essa vocação. Para estes jovens, o desemprego pode ser vivido positivamente, na medida em que garante recurso a actividades de substituição bem acolhidas e desejadas, nalguns casos até pelas famílias de origem.

A escolha destas profissões artísticas ou semiartísticas — ligadas à produção cultural, ao trabalho intelectual, à comunicação, às profissões pedagógicas ou parapedagógicas, às profissões de «apresentação» e de «representação» — pode ser interpretada e justificada, como o sugerem Bourdieu⁷⁴ e Galland⁷⁵, como estratégias próprias de jovens de classes médias, orientadas para a valorização de um capital cultural directamente transmitido pela família, menos dependente da inculcação e consagração escolares. Estas escolhas estratégicas estariam, pois, orientadas para o exercício de novas profissões ou em vias de redifinição, mais apelativas de uma competência cultural de classe do que de uma forma ortodoxa de consagração escolar.

Deste modo, alguns jovens desempregados que vêem bloqueadas as possibilidades de realização profissional e de ascensão social através de tradicionais processos de inserção no mercado de trabalho tentam pôr em marcha projectos alternativos de fuga ao desemprego. Contudo, também é verdade que muitos deles acabam por se alhear dos «projectos sonhados», dada a distância irredutível que surge entre esses projectos e as possibilidades concretas de os pôr em prática. Como quer que seja, o desemprego pode não ser vivido necessariamente como uma situação de fracasso, como negação de competência, mas antes pelo contrário: com indiferença e, às vezes,

⁷³ Na Dorninha cruzei-me com vários jovens artistas que se ofereceram para, a preço módico, ilustrarem o meu trabalho de investigação, se acaso ele viesse a ser publicado em livro. De entre eles recordo o entusiasmo de Salvador D'aqui — que gostava que lhe chamassem assim por contraposição ao Dali —, com o qual tive demoradas conversas sobre questões de arte.

⁷⁴ P. Bourdieu, «Classement, déclasserment, reclassement [...]», in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.º 24, 1978, e «L'invention de la vie d'artiste», in *Actes de La Recherche en Sciences Sociales*, n.º 2, Março de 1975.

⁷⁵ Olivier Galland, «Precarité et entrées dans la vie [...]».

com alívio. Ou seja, para alguns jovens, o desemprego não se traduz na versão catastrófica de falta de trabalho, nem em relação a este se define: isto é, o desemprego pode ter um valor em si mesmo, por vezes, até, essencial — ao possibilitar a inversão da relação tradicional entre *tempos livres* e *tempos de trabalho*, na qual os primeiros não são mais que o resíduo de um tempo «dominado». No desemprego — e para estes jovens — não se trata então de preencher um tempo vazio, de o ocupar, mas, pura e simplesmente, de «viver a vida». Pequenos biscates ocasionais podem proporcionar, simultaneamente, lazer e dinheiro, amortecendo efeitos mais nefastos de um desemprego prolongado:

A maior parte dos jovens hoje em dia... umas coisas velhas que têm em casa, agarram e vão à Feira da Ladra pa fazer algum dinheiro. [16 anos, estudante, sexo feminino, classes médias, Coutada.]

Embora em menor escala, também para alguns desempregados de condição operária pode o lazer constituir um domínio de desenvolvimento de estatutos de substituição ao desemprego. Excluídos das vias formais de acesso ao trabalho, estes jovens criam estatutos alternativos de vida, marcados embora por uma certa fragilidade. Através deles podem, por exemplo, ganhar dinheiro fácil (roubos, expedientes, etc.), divertir-se e, através do lazer, afirmar determinadas formas de masculinidade. Aliás, os pequenos roubos não são tão socialmente recriminados em meio operário quanto o são em outros meios sociais: «Vergonha seria roubar um companheiro pobre.» Como quer que seja, mesmo na Coutada e na Dorninha encontrei jovens que encaram o roubo como um *modo de vida*: uns, simplesmente porque pensam que o roubo compensa; outros, porque admitem que os rendimentos do trabalho não seriam suficientes para satisfazer determinados vícios de consumo (droga):

Ganha-se bem... Veja, por exemplo, um rádio custa... aaah... cerca d'oitenta contos cá fora... potanto eu... conheço também gente nisso... amigos... amigos?! [Sorri, dando-se conta da expressão embaraçante utilizada para qualificar os jovens ladrões de automóveis.] Aparecem casos, não é?! Vale, por exemplo, um rádio que vale oitenta contos numa loja: eles roubam, vendem por vinte, ganham vinte contos por cada rádio. Por cada rádio, eles ganham... roubam talvez dois, três rádios por noite... ou por dia, depende, não é? Ora, s'ele ganhar, por exemplo, só que seja isso numa semana... conseguem sair bem, não é?!... Viver bem... têm a vida ganha... não é?! [19 anos, estudante com biscates, sexo masculino, classes médias, Dorninha.]

Eu vivo disso! [...] Quando tu tás necessitado duma coisa qu'ê preciso mesmo, até robas ao teu pai ou à tua mãe, se for preciso. Porque é que não não robas ao amigo? Ao amigo, ó àquele que podes... [24 anos, consumidor e pequeno traficante de droga, situação social indefinida, Coutada.]

A emergência de modos de vida alternativos num contexto de crescente ameaça de desemprego faz que muitos jovens considerem o «desenrascanço» e os «biscates» um bom meio de fugirem ao desemprego ou de arranjarem dinheiro. Biscates e trabalhos temporários desempenham, para alguns jovens, um meio de integração gradual no mercado de trabalho: alguns asseguram desse modo a posse remediadora de algum dinheiro, entre intermitentes períodos de desemprego; outros vêm nos biscates e pequenos trabalhos temporários uma forma de aprendizagem ou iniciação num ofício, uma especialização; outros, ainda, pensam ser possível, com boas prestações de trabalho, a passagem de um estatuto de precariedade laboral a um estatuto de maior segurança, com contrato duradouro. É forte ainda a convicção, entre outros jovens, de que se ganha mais dinheiro a fazer pequenos «biscates» do que tendo um emprego «fixo». O que ficariam a perder era a segurança de emprego, de forma que alguns jovens manifestam o ideal de ter um emprego fixo que simultaneamente lhes permita, nas «horas extra», fazer «uns biscates».

A análise das atitudes dos jovens perante o desemprego permitiu acentuar a disponibilidade de alguns deles para o desenvolvimento de actividades de substituição ao estatuto de empregado. Tanto ou mais interessante que este achado foi, contudo, a descoberta de que, para alguns jovens, esses estatutos de substituição não são necessariamente encarados como estatutos de segunda opção. Para um número apreciável de jovens, esses estatutos são deliberadamente escolhidos, permitindo a exploração de modos de vida próprios associados a novas modalidades de transição para a vida adulta. Não os poderíamos avaliar negativamente como se a transição rápida e linear para a vida adulta fosse uma norma social para o conjunto dos jovens.

5.2 FORMAS DE SOCIALIZAÇÃO E DE DESSOCIALIZAÇÃO

De uma forma geral, a dessocialização provocada pelo desemprego parece ser mais sentida pelos jovens de mais baixa condição social, relativamente aos quais se criam mais expectativas de uma rápida inserção no mercado de trabalho. Estes jovens — que são também os de mais baixo nível cultural — dispõem do trabalho assalariado como um dos mais importantes meios de integração social; níveis culturais mais elevados aparecem mais associados a sistemas de justificação ideológica em prol do não trabalho, das férias, da vocação, enfim, de várias actividades de substituição ao desemprego — como a de estudante —, embora alguns jovens reconheçam, com apreensão, que a inflação e desvalorização dos diplomas lhes podem obstaculizar uma adequada (idealizada) inserção profissional.

Em Rio Cinza, o desemprego representa — para jovens desempregados provenientes de uma «cultura operária» em decadência, confrontada com o declínio de algumas indústrias — uma dessocialização, uma ruptura com as representações sociais dominantes na comunidade em relação ao trabalho. Daí a recusa da maior parte dos jovens operários em viverem uma situa-

ção de desemprego; recusa que se manifesta de duas maneiras: pela expressão de um direito prioritário ao trabalho e pela impossibilidade de assumirem positivamente a situação de desemprego. Mesmo os que passam uma ou duas semanas sem trabalho não se consideram desempregados: ficaram apenas «uma semana sem trabalho». Neste caso, o desejo é o de se reintegrarem o mais rapidamente possível no mundo do trabalho, desejo que põem em manifesto de dois modos: afirmando e demonstrando a vontade de *vergar a mola* (trabalhar) e denunciando os *parasitas* que desacreditam o conjunto de desempregados.

Estas atitudes podem também justificar-se pelo facto de os jovens operários de Rio Cinza pretenderem demonstrar aos demais — aos vizinhos, à comunidade — uma vontade explícita do desejo de trabalharem. Na verdade, as redes de vizinhança funcionam, em Rio Cinza, como redes de conhecimento de acesso ao mercado de trabalho informal. De facto, «biscates», «ganchos» ou mesmo «empregos» são conseguidos tradicionalmente por informações locais de «boca à orelha», por recomendação de alguns vizinhos ou através de algum influente «pedido».

Os jovens desempregados conseguem trabalho através destes mecanismos informais, por mediação das respectivas famílias e pelo facto de demonstrarem, perante os vizinhos, «espírito trabalhador». Neste sentido, a integração destes jovens no universo residencial acaba por se revelar um elemento-chave nas suas estratégias de inserção profissional. Estas, por sua vez, acabam por reflectir uma das mais importantes razões de resistência à mobilidade, isto é, uma rejeição à busca de trabalhos diferentes daqueles a que mais facilmente podem aceder através do sistema informal das «cunhas», «pedidos» e «recomendações». Arranjar emprego fora do círculo destes conhecimentos ou informações é, para os jovens operários de Rio Cinza, um evento improvável. O trabalho continua a ser predominantemente procurado nas fábricas e oficinas de Rio Cinza e arredores.

Círculo familiar e redes de vizinhança interactuam de forma intrinsecamente articulada. Em caso de desemprego, a família revela-se, junto dos jovens, como garante de subsistência. Porque os pais se apercebem de que o desemprego destrói as esperanças de uma rápida inserção socioprofissional e de uma relativa independência, a solidariedade familiar não deixa de se fazer sentir junto dos jovens, sempre que estes se mostrem colaborantes, interessados em trabalhar. As redes de vizinhança exercem, em Rio Cinza, uma influência destacada sobre as trajectórias dos jovens também em termos do controlo social informal que se faz sentir nos encontros quotidianos, nas discussões e trocas de informação que afectam alguns jovens, fazendo-os suportar o peso de uma má reputação ou de uma imagem desvalorizada. Por via dos rumores, das mexeriquices, das recriminações mais ou menos abertamente expressas, a má reputação de um jovem pode afectar a reputação da sua família. Nos cafés, nas tabernas, no mercado, nos bancos de jardim ou nos alpendres das escadarias das casas, os jovens são directamente confrontados com o julgamento dos vizinhos: «O Luís é bom rapazi-

nho, não se vê muito na vadiagem», ou «O Carlos sempre foi um malandro, o pai tinha de o levar de orelhas até à fábrica».

As práticas dos jovens, os seus comportamentos, as afrontas às normas dominantes na comunidade, constituem, para as gerações mais velhas, indicadores de ajuizamento e valoração das qualidades de um jovem e, por extensão, da sua própria família. Por este motivo, os pais fazem pressão para que os seus filhos comecem cedo a trabalhar — a ter um comportamento digno, de trabalhador —, para evitarem ser alvo de qualquer recriminação.

Mesmo quando o desemprego se poderia legitimar como resistência à desqualificação, ele é vivido, ainda assim, como uma ruptura numa ordem profissional e social que continua marcada por uma certa «ética de trabalho». Jovens desempregados que recebem *vergar a mola* (trabalhar «no rijo») são considerados desempregados sem vergonha que renegam a sua condição de «filhos do povo», que se envergonham da «ganga».

Por outro lado, entre os jovens de condição operária, ter um «salário certo», isto é, possuir um emprego minimamente estável, é uma condição socialmente necessária para se casarem. Em contrapartida, para as raparigas de condição operária, o desemprego não tem efeitos tão dessocializadores. A sua entrada na vida adulta efectua-se mais frequentemente através do casamento do que através do mercado de trabalho. O casamento oferece-lhes um cómodo modelo alternativo de inserção social. Cómodo até no sentido de ser um modelo já praticado por gerações mais velhas, isto é, de ser um modelo socialmente admitido e reconhecido como «normal».

Em situação de desemprego, de uma forma geral, as pressões e as manifestações de desagrado da família dirigem-se mais aos rapazes do que às raparigas. Por outro lado, para compreender a maneira como é vivida a situação de desemprego, é necessário ter em consideração a importância que os pais atribuem aos investimentos educativos, em particular aos escolares. A sensibilidade e a tolerância ao desemprego variam para as famílias social e escolarmente menos favorecidas, em função dos investimentos e sacrifícios que fazem. Para uma família cujos filhos representem a primeira geração a possuir diplomas é muito mais difícil suportar uma situação de desemprego. O sentimento de espoliamento não é tão forte nos diplomados de «segunda geração», cujos recursos de sobrevivência serão maiores e para os quais a situação de desemprego será, em princípio, acidental ou provisória. Quanto aos jovens das classes médias e superiores — rapazes ou raparigas, diplomados ou não —, eles parecem ser menos directamente marcados pelo desemprego, ainda que, entre alguns deles, a relação entre as aspirações formadas na escola e na família — diferentes segundo o sexo, a origem social e a história familiar — e os empregos encontrados esteja na origem de um apreciável número de desilusões.

No entanto, para raparigas com certos trajectos e aspirações sociais (nomeadamente das classes médias), a dessocialização provocada pelo desemprego é bem mais manifesta, designadamente para aquelas para quem estatutos de substituição como o de doméstica não são, de modo algum, satisfatórios. O centrar

da vida quotidiana de algumas raparigas no espaço doméstico poderá, deste modo, originar situações angustiantes, designadamente para aquelas que apostam em carreiras profissionais. Aliás, os contrastes dos modos de acesso à vida adulta entre jovens de sexos diferentes são bastante marcados pelo desemprego. Em particular, esses contrastes aumentam as amplitudes de tempo determinadas pela saída da família de origem entre jovens de sexos diferentes e, por outro lado, a constituição de nova família que — nomeadamente em meio operário — é mais precoce para as raparigas e mais tardia para os rapazes.

Em suma, o desemprego preocupa uma grande maioria dos jovens entrevistados, mas não os preocupa da mesma forma, afectando sobretudo aqueles jovens que, pela sua história pessoal e familiar, são socializados no sentido de encontrarem rapidamente um trabalho (jovens de condição operária) ou de conseguirem uma boa e progressiva carreira profissional (jovens de classes médias, pequenas burguesias incluídas). Apesar de o desemprego lhes restringir as possibilidades de sucesso, empurrando-os para situações de resignação ou de desconforto, estes jovens desenvolvem tácticas a curto prazo para fugirem à situação de desemprego, muitas vezes orientadas para a busca de apoio familiar. Aliás, a maior parte dos jovens consegue trabalho através de mecanismos informais ou vias particularistas⁷⁶.

Contudo, o desemprego é pelas famílias dos jovens encarado de modo diverso, segundo o respectivo nível cultural. Como vimos, famílias detentoras de um certo capital cultural podem dar uma certa cobertura a determinadas actividades de substituição, como as artísticas, acreditando que os jovens possam, mediante o exercício dessas actividades, avançar no caminho da realização individual e profissional.

No entanto, jovens de mais elevados escalões etários podem ver diminuídas as probabilidades de adoptarem estatutos de substituição, por falta de cobertura familiar, nomeadamente no caso dos de mais baixa condição social. Sendo assim, a correlação entre as situações de desemprego e de crise familiar podem ser mais notórias entre as camadas socialmente inferiores.

Entre o operariado e algumas camadas da pequena burguesia, os pais vêem o trabalho adolescente como um bom meio de elidir comportamentos delinquentes, favorecidos pela inactividade ou vagabundagem. No entanto, também é certo que, em alguns casos, a situação de desemprego contribui para a revitalização dos laços familiares. As estratégias para superar uma dada situação de desemprego são, muitas vezes, mais familiares que individuais. O apoio da família na busca de emprego e o recurso a estratégias informais (cunhas) é mais uma regra que excepção, mesmo entre famílias operárias.

⁷⁶ É este também o sentido de alguns dados do Inquérito sobre a Juventude Portuguesa: Situações, Problemas, Aspirações, realizado no Instituto de Ciências Sociais em 1987. Cf., em particular, o contributo de Madalena Andrade, *O Trabalho, o Emprego, a Profissão*, e José Machado Pais, «Formes sociales et individuelles de transition à l'âge adulte du point de vue du quotidien des jeunes», in CERCOM-GERM, UA/CNRS n.º 377 (org.), *Les Jeunes Face à l'Emploi*, Commission des Communautés Européennes, Marselha, 1987.

Um dos pressupostos sustentadores das obrigações familiares «normativas» assenta, em alguns casos, no princípio da reciprocidade, isto é, de ajudas mútuas expectativadas e que, na realidade, se podem estabelecer, entre pais e filhos, ao longo do curso de vida dos membros de uma família⁷⁷. As ajudas expectativadas variam, contudo, de contexto para contexto social. Em Rio Cinza, por exemplo, é mais corrente serem os filhos a «amparar» os pais durante a velhice. A função instrumental da família, em termos de apoio económico dado aos filhos, é bastante mais frequente entre jovens de classes médias e superiores.

Se há jovens que vivem o desemprego como uma situação de fatalidade e angústia — estão neste caso jovens de condição operária e jovens de classes médias investindo fortemente em carreiras profissionais —, outros, decididamente, pensam que o desemprego é estruturalmente inevitável e que até se pode tornar um modo de vida com vantagens, pelo menos enquanto se encontram solteiros e podem contar com o apoio ou rendimentos dos pais, como acontece com alguns jovens do *jet-set underground*.

Na medida em que as expectativas de desemprego se estendem a cada vez mais vastas camadas de jovens, as atitudes em relação ao desemprego estão também em mudança. Para alguns jovens — designadamente das classes médias e elevadas —, o desemprego tem deixado de constituir um estigma e o compasso de espera entre a saída da escola e a obtenção de emprego é encarado, por alguns, como um tempo de «liberdade».

Não quer isto dizer que o «colapso do trabalho»⁷⁸ venha necessariamente a ser preenchido pelo lazer; o que parece acontecer é que alguns jovens não se importam de estar três meses sem trabalho, se nos seis anteriores conseguiram amealhar uns «cobres» (dinheiro) para desfrutarem dos meses sem trabalho. Isto é, para alguns jovens, logo que tenham dinheiro no bolso, o desemprego não os preocupa muito; somente quando o dinheiro lhes escasseia começam a pensar que o que lhes sobra em tempo lhes falta em dinheiro. Aliás, é significativo que, no desemprego, o que mais preocupa a generalidade dos jovens seja a falta de dinheiro.

Deste modo, os exageros de uma certa «ortodoxia psicológica»⁷⁹ na discussão dos efeitos do desemprego têm contribuído para obscurecer a diversidade de respostas que os jovens desempregados podem dar e que podem ser identificadas em função de diferentes experiências de jovens, com diferentes trajectórias, vivendo em diferentes condições sociais. No desemprego de inserção, os jovens fazem diferentes aprendizagens de modos de vida precários e de estratégias alternativas de fuga ao desemprego, enquanto outros se envolvem gradualmente, através de uma socialização por antecipação, em processos de «exclusão social».

⁷⁷ Janet Finch, «Family Obligations and the Life Course», in A. Bryman e outros (eds.), *Rethinking the Life Cycle*, Londres, The MacMillan Press, 1987, p. 166.

⁷⁸ C. Jenkins e B. Sherman, *The Collapse of Work*, Londres, Methuen, 1979.

⁷⁹ Será o caso de M. Jahoda, *Employment and Unemployment — A Social Psychological Analysis* [...]

Aliás, alguns jovens desempregados, conscientes da sua condição de marginalidade — aos seus próprios olhos, mas principalmente aos olhos dos outros —, parecem ser levados a constituir identidades próprias em torno da situação de estigmatização social de que são alvos. Em resposta a esta situação, e de modo a manterem a sua identidade «normal», estes jovens policiam-se mutuamente, procurando preservar o *status* ou a imagem associada à sua condição. Assim, se algum está em vias de encontrar um trabalho «digno», é pelos companheiros desencorajado a fazê-lo, pois tal implicaria um descaminho do modo de vida «normal» do grupo. São jovens que se caracterizam por um *exílio*⁸⁰ mais ou menos voluntário em relação ao mundo do trabalho e contrastam claramente com aqueles outros jovens para os quais o trabalho precário não é de todo recusado. Estão neste último caso, como também o sugere Patrick Cingolani⁸¹: jovens que, se bem que condenados pela crise de desemprego ao trabalho precário, vêem neste uma possibilidade de, através dele, conseguirem uma qualificação ou uma experiência que, a médio prazo, os leve a conseguir um emprego (a instabilidade aparece como meio de constituírem *curriculum vitae*); jovens que procuram a todo o custo a estabilidade e o fim da precariedade (a instabilidade de emprego é vivida com inquietude e desorientação); finalmente, jovens que, até certo ponto, se conformam com o trabalho precário, tomando-o, de resto, como uma tradição profissional (a instabilidade é vivida como acaso da tradição familiar ou do meio social a que pertencem, como acontece em Rio Cinza). Como vemos, para alguns jovens, a precariedade de emprego é vivida com angústia ou frustração, enquanto para outros — embora em número bastante mais reduzido — assim parece não acontecer.

O período de «interregno» entre a escola e o emprego tem originado uma tal heterogeneidade de situações entre os jovens que pode mesmo dizer-se que uma significativa parte dos jovens que já deixaram de estudar são trabalhadores sem trabalho, assalariados sem trabalho, consumidores sem dinheiro. É, pois, compreensível que as teorias que incidem sobre as respostas a dar ao desemprego e que foram válidas em outras conjunturas de desemprego não se adaptem às experiências de desemprego contemporaneamente vividas por alguns jovens, os quais, de resto, nem sempre são estatisticamente fáceis de recensear. Que eficácia poderia ter uma política unificada de combate ao desemprego se as situações vividas pelos jovens perante o desemprego são, entre si, tão diversas?

6. NOTAS CONCLUSIVAS

Tanto os resultados do Inquérito à Juventude realizado no ICS em 1986-87, como os dados da pesquisa qualitativa em que se apoia este artigo, sugerem que as mudanças ocorridas no sistema de emprego parece estarem a pro-

⁸⁰ Patrick Cingolani, *L'Exil du Précaire* [...]

⁸¹ Id., *ibid.*

vocar algumas importantes fracturas nos processos de reprodução social e cultural. Ou seja, diferentes transformações no mercado de trabalho e no sistema de emprego têm induzido modificações nas modalidades de entrada na vida profissional (com precariedade, novas formas quantitativas e qualitativas de emprego e desemprego, etc.). Paralelamente, a transformação do emprego industrial e o crescimento de um emprego terciário precário criaram um novo mercado de trabalho que, cada vez mais, exclui os jovens não diplomados ou profissionalmente não formados.

Os itinerários de passagem para a vida activa são cada vez mais marcados por períodos de desemprego, emprego intermitente e inactividade. Os jovens detentores de maior capital escolar não deixam também de ser afectados pelas dificuldades de inserção profissional, embora beneficiem de modos de inserção comparativamente mais privilegiados. À medida que o nível de formação escolar aumenta, as dificuldades de inserção profissional traduzem-se mais na dificuldade de obtenção de emprego do que na sua conservação.

As dificuldades de acesso ao emprego, os crescentes riscos de rejeição social e as perspectivas, para alguns jovens, de permanência duradoura numa situação de precariedade laboral são correlativos de significativas mudanças nas modalidades de passagem para a vida adulta. Desta forma, o conjunto de relações que os jovens mantêm no âmbito de diversas instituições — escolar, familiar e matrimonial — encontra-se também sujeito a mudanças, embora em cada um dos meios sociais estudados se faça sentir de modo diferente o peso de constrangimentos e prescrições sociais que, em cada um desses meios, afectam as modalidades de entrada na vida adulta.

A forma como os jovens têm vindo a ser socializados, quer pela família, quer pela escola, e as expectativas alimentadas por esses jovens em relação ao futuro, resultantes dessa socialização, nem sempre têm tido, nem virão possivelmente a ter, uma correspondência unívoca com a realidade que os espera: as oportunidades de emprego e os tipos de trabalho mudaram; os lazeres também; a constituição de novas famílias — nomeadamente entre os jovens das classes médias — não obedece aos padrões que caracterizavam a constituição de famílias entre as gerações mais velhas. Novas formas de interacção conjugal e uma nova ética da sexualidade e do matrimónio parecem orientar os jovens, nomeadamente os das classes médias.

Por outro lado, entre os jovens de condição operária, as dificuldades de obtenção de emprego estão também na origem da emergência de uma relativa descontinuidade entre as referências normativas tradicionais que pautavam — e, em boa verdade, ainda continuam a pautar — as modalidades de passagem para a vida adulta e o ajustamento dessas mesmas referências normativas a novas modalidades de transição. Com efeito, perante novas condições socioeconómicas, os antigos sistemas de referência que regulavam as formas de transição para a vida adulta entre as gerações mais velhas manifestam-se relativamente inválidos, inoperantes ou desajustados das novas condições de vida, dos novos modos de entrada na vida activa. Essas des-

continuidades intergeracionais, nas formas de transição para a vida adulta, manifestam-se de diferentes modos: por exemplo, na tendência verificada, entre alguns jovens, de permanecerem em casa dos pais depois de já terem abandonado a escola e antes de haverem conseguido um emprego estável; ou na aceitação, por parte dos pais, de o jovem coabitar com a sua «mulher» (mesmo antes do casamento) em casa dos pais. Neste sentido, há a registar uma evolução das normas de referência que pautam a transição para a vida adulta, uma transformação gradual dessas normas graças a um esforço de adaptação às novas realidades de uma nova época. Se é verdade que os constrangimentos socioeconómicos estão na base da emergência de novas modalidades de transição para a vida adulta, específicas de uma geração portadora de diferenças em relação às gerações que a precedem, também é verdade que os signos de descontinuidade intergeracional decorrem de um processo de revisão do sistema de referências normativas tradicionais em que se envolvem, conjuntamente, pais e filhos, jovens e velhos, novas e antigas gerações.

Da pesquisa realizada pode concluir-se que o tempo que medeia entre o fim da escolaridade obrigatória e o exercício — a tempo inteiro ou parcial, de forma definitiva ou intermitente — de uma profissão não pode ser entendido como um tempo linear que, por si só, defina o período de transição dos jovens para a vida adulta. Esta efectua-se, cada vez mais, ao longo de um período cada vez mais dilatado, tendo perdido o carácter de quase instantaneidade que tradicionalmente acompanhava uma irreversível inserção profissional. Nesse período, crescentemente dilatado e caracterizado por uma forte precariedade de emprego, a relação entre títulos escolares e postos de trabalho tende a distender-se. Aos processos de inserção profissional sobrepõem-se, sem se confundirem, processos que marcam as etapas de acesso à autonomia residencial e financeira, para além dos que se ligam à vida afectiva e sexual, matrimonial ou não. Estes processos não são de modo nenhum sincrónicos. Diversas são as modalidades através das quais estes processos tomam lugar entre grupos sociais que fazem parte de uma mesma geração. A forma, a duração e a combinação destes diferentes processos variam segundo os grupos e contextos sociais.

Se o alongamento do processo de transição para a vida adulta se pode associar à crise económica, não é certo que as dificuldades de inserção profissional, nas suas diferentes modalidades (com precariedade ou não, com maiores ou menores perspectivas de mobilidade, gerando ou não situações de *turnover*), afectem os jovens de igual modo. De facto, verificou-se que alguns jovens reagem favoravelmente — ou, pelo menos, não disfuncionalmente — ao alongamento do processo de transição para a vida adulta. Parece ser o caso de alguns jovens das classes médias, relativamente aos quais a precariedade laboral os empurra para o exercício de actividades de substituição tradicionalmente consideradas de vocação, designadamente as mais ligadas ao campo artístico.

Por outro lado, não parece que a precariedade de emprego implique, necessariamente, formas de dessocialização entre os jovens, podendo até acontecer

o contrário. Aliás, o jogo de solidariedades informais parece ser um fenómeno importante no quadro de vida determinado por situações de precariedade económica que pautam a transição de alguns jovens para a vida adulta. Essa precariedade, determinada por dificuldades de inserção profissional, parece reforçar — em proporções variáveis segundo a classe social e o sexo — o peso funcional das redes tradicionais, que passam, designadamente, pela família de origem; contudo, e paralelamente, essa precariedade suscita o surgimento de novas redes de solidariedade de tipo informal (entre grupos de amigos) que pautam os novos modos de vida juvenis, dominados, aliás, por uma vincada crescente ética convivialista.

Desta forma, parece esboçar-se uma estreita relação entre emprego precário e o surgimento de modos de vida mais flexíveis, isto é, ligados ao trabalho intermitente, à vida solitária, à concubinação. Por outras palavras, a precariedade de emprego, e também o alongamento das trajectórias escolares, parece estarem a provocar, nomeadamente entre os jovens das classes médias, a invenção de novos modos de vida que, permitindo retardar a idade de acesso à independência, possibilitarão, ao mesmo tempo, contornar ou protelar a constituição de famílias relativamente estruturadas, segundo padrões que até aqui eram dominantes. Perante estes cenários de mudança, associados à emergência de *novos modos de vida*, as teses que fizeram época no estudo do que era considerado um «problema dos jovens» — o *interregno* entre a escola e o mundo do trabalho — parecem revelar-se desajustadas em relação à nova realidade dos factos (ou aos novos factos da realidade). Dito de outro modo, quer a *tese estruturalista da inadequação da escola ao mercado de trabalho*, quer a *tese da alergia dos jovens ao trabalho*, caindo num mesmo abuso de *generalização*, são levadas a tomar os jovens como um conjunto homogéneo, quando, na realidade, os processos de transição para a vida adulta são cada vez mais diversificados, complexos e diferenciados, como cada vez mais diferenciadas parecem ser as reacções e atitudes dos jovens em relação ao trabalho, ao emprego e ao desemprego.